



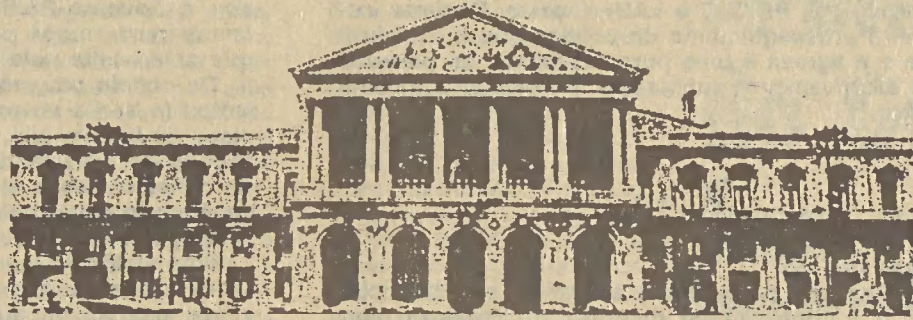
Não é a primeira vez que os trabalhadores portugueses se vêem confrontados com a política antipopular de um governo dirigido por Mário Soares. Também desta vez, a luta firme e determinada dos trabalhadores e do povo ditarão a última palavra e abrirão as portas a uma política que faça o País sair da crise sem ser à exclusiva custa dos que menos têm. Na foto: manifestação da CGTP em Lisboa, em 22 de Junho de 1977.

A luta continua!

Pág. 5



PS e PSD pretendem calar a oposição



Também na Assembleia da República, a coligação governamental pretende silenciar a voz da oposição, especialmente a dos comunistas. Em manobra anticonstitucional e contra o próprio Regimento da AR, o PS e o PSD impedem que o PCP interpele o Governo sobre medidas de política económica e financeira.

Pág. 3



Associação Nacional de Municípios

O Governo foi buscar lã...

Suplemento



Suplemento

RTP A VOLTA DA VELHA CENSURA



Governo investe contra a comunicação social

- Portugal amordaçado? (pág. 2)
- A cabeça na areia (pág. 3)

SEMANA

14

Quarta-feira



A caminho dos EUA

O presidente da Assembleia da República, Tito de Morais, afirma no Parlamento que foram as pressões exercidas pelo PS e PSD que o impediram de estar presente na sessão solene de abertura das comemorações do 25 de Abril promovida pela respectiva Associação no Forte do Bom Sucesso ■ A CGTP-IN denuncia as intenções do Governo de cobrar mais 20 milhões de contos aos portugueses com o agravamento de impostos e criação de outros ■ O Banco de Portugal anuncia que durante o mês de Agosto o escudo teve uma desvalorização de 0,96 por cento ■ Ramalho Eanes parte para os EUA na primeira visita oficial de um Presidente da República português a aquele país ■ Amin Gemayel recusa um projecto de cessar-fogo no Líbano proposto pela Arábia Saudita com o acordo da Síria ■ O senado norte-americano aprova o aumento do orçamento militar proposto pela administração Reagan.

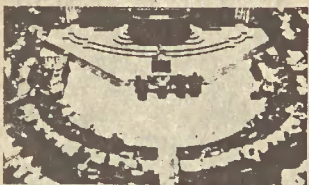
15

Quinta-feira

Ramalho Eanes encontra-se na Casa Branca com Ronald Reagan; em entrevista à BBC, Eanes condena a actividade em Portugal de grupos que atacam os governos de Angola e Moçambique ■ O Governo PS/PSD descobre em Conselho de Ministros que existem no país dois mil médicos a mais e promete tomar medidas ■ Garcia dos Santos, chefe do Estado-Maior do Exército, afirma em Braga não terem fundamento notícias vindas a público sobre uma eventual demissão sua ■ Menahem Begin formaliza o seu pedido de demissão do cargo de primeiro-ministro de Israel ■ Um grupo de padres e freiras são presos em Santiago do Chile durante uma manifestação de protesto contra as torturas praticadas pela polícia política de Pinochet ■ Começa em Viena uma conferência internacional sobre a situação no campo da informação e da comunicação a nível mundial.

16

Sexta-feira



Não à interpeção

Deputados do PS e do PSD impedem na AR a discussão de uma interpeção ao Governo sobre política económica requerida pelo grupo parlamentar do PCP ■ Os trabalhadores do «Jornal de Notícias» repudiam a privatização da empresa preterida pelo Governo ■ Os maquinistas da CP paralisam exigindo a reintegração de 33 trabalhadores despedidos ■ O Presidente da República afirma na sede da OEA que Portugal condena o «recurso à força» como meio de resolução dos conflitos no mundo e particularmente no continente americano ■ A ditadura fascista do Uruguai proíbe os meios de comunicação social de publicarem qualquer informação política ■ A organização fascista «Frente de Organizações Autônomas» pede a Pinochet que volte a decretar o estado de emergência no Chile ■ Rádio Israel anuncia que os fuzileiros norte-americanos ficarão mais 18 meses em Beirute.

17

Sábado



Andrei Gromiko

Começa no Seixal, com a participação de centenas de jovens, a II Seixalada, iniciativa do respectivo município que envolve diversas actividades culturais e desportivas ■ O Conselho Nacional do PSD reúne-se em estalagem de luxo para debater a austeridade a impor ao povo português ■ Realiza-se em Lisboa a reunião da Comissão Nacional do PS para preparar o V Congresso do partido ■ Ramalho Eanes sanciona nos EUA um acordo provisório sobre a base das Lajes que vigorará durante um ano ■ A armada norte-americana bombardeia no Líbano posições dos progressistas libaneses na montanha Chouf, enquanto a agência palestina Wafa anuncia o regresso de Yasser Arafat a Tripoli, no norte do país ■ A Tass revela que Gromiko não irá à Assembleia Geral da ONU por os EUA se recusarem a garantir a sua segurança em condições normais.

18

Domingo

A Federação dos Sindicatos dos têxteis alerta para o facto de 48 empresas do sector estarem em risco de fechar, lançando o desemprego mais de sete mil trabalhadores ■ A CIP volta a pedir ao Governo a aplicação de «um vasto programa de desnationalizações» e a alteração à lei dos despedimentos ■ Termina em Genebra a marcha de uma centena de mulheres defensoras do desarmamento nuclear na Europa ■ A Tass acusa Washington de ocupar o Líbano de forma a transformá-lo num campo de operações de agressão contra a Síria e outros Estados árabes ■ A ditadura do Uruguai proíbe a conferência de imprensa da central sindical do país de modo a impedir o comentário da situação laboral e a denúncia do agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

19

Segunda-feira

O chamado «crédito mal parado» cresce desmesuradamente, ultrapassando, no conjunto do sector bancário, os 170 milhões de contos, enquanto o Governo se prepara para apresentar na Assembleia da República o seu «pacote fiscal», que inclui o aumento da taxa do imposto profissional em 2,8% com efeitos retroactivos a Janeiro ■ A Presidência da República anuncia oficialmente a próxima visita a Portugal do presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, de 7 a 12 de Outubro próximo ■ Os trabalhadores da Empresa Pública Notícias/Capital decidem em plenário exigir a imediata revogação da declaração da empresa em situação económica difícil ■ As forças de resistência libanesa anunciam a conquista da localidade de Suk el Gharb, considerada «a porta de Beirute».

20

Terça-feira

Pela segunda vez, a votação na Assembleia da República não elige os candidatos da maioria — Ângelo Correia, Nandim de Carvalho e Vaz Portugal — para os Conselhos da Defesa da Comunicação Social e do Plano ■ As tropas francesas e dos EUA violam as tréguas no Líbano observadas por morte de um dirigente religioso druzo ■ O presidente soviético, Iuri Andrópov apela ao povo e aos deputados da RFA para que não fiquem indiferentes à ameaça de instalação de mísseis dos EUA no território alemão-federal ■ O Conselho de Informação para a RTP delibera «reprovar a não transmissão da reportagem do comício do PCP» na Festa do «Avante!» ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes, chega a Lisboa após a visita de seis dias aos Estados Unidos ■ Iniciam-se na Biblioteca Nacional, com um Seminário sobre ensino e aprendizagem, as Jornadas Pedagógicas promovidas pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa ■ Com uma greve simbólica de 15 minutos, a polícia belga manifesta o seu apoio à greve geral do sector público daquele país.

Editorial

O INEVITÁVEL

No vocabulário dos responsáveis governamentais e dos dirigentes do PS e do PSD um adjectivo tem vindo a ganhar particular peso: inevitável.

As medidas são inevitáveis; o aumento do custo de vida é inevitável; as cedências ao FMI são inevitáveis. A crise, em suma, é inevitável e estas são as inevitáveis medidas que a crise impõe.

É desde logo uma triste imagem de um governo esta de um conjunto de governantes que de si próprio apresenta o retrato de indivíduos esmagados perante o inevitável, incapazes de para ele encontrarem respostas ou alternativas, diagnósticos e soluções.

Mas, sendo triste, ela é sem dúvida esclarecedora. Porque, afinal e com linear clareza, o que torna «inevitável» o que este Governo faz é ele assumir como inevitável o que os outros fizeram. Aquilo que o Governo classifica de inevitabilidade não é mais do que o levar às últimas consequências o que os governos PS, PS/CDS e «AD» fizeram. Declarar inevitável o prosseguimento da política que conduziu à crise e a agrava é uma pura habilidade de palavras para efectivamente subscrever e executar a mesma política.

Mas não só.

Fazendo desta forma enviezada a subscrição e a continuidade do que nos conduziu aos actuais problemas, o Governo PS/PSD pretende generalizar ao nível do Povo português a aceitação fatalista de uma política antipopular (mas «inevitável...») e criar condições para rotular de «irrealistas», «desadequadas às realidades» e mesmo de «antinationais» as alternativas que existem.

O dr. Mário Soares não se atreve a dizer que a política que faz é a melhor: diz que é a única. Não diz que é a mais adequada: diz que é a inevitável.

É um tolo estratagemas para evitar o confronto com outras políticas, para se furtar ao confronto com os resultados desta. Sendo inevitável, esta política não teria alternativas e seria inútil discutir as suas consequências. As coisas seriam assim... porque são!

O artifício nem sequer é novo. E, tal como outras circunstâncias, não se revela particularmente eficaz.

Tentar criar uma imagem mistificada e mentirosa de uma política não depende da pura vontade dos seus autores: para que o artifício da «inevitabilidade» surtisse efeito necessitaria o Governo de duas coisas que manifestamente não tem — que a realidade lhe desse razão e que o povo nele acreditasse.

Que nas hostes governamentais há consciência da frac — ou nenhuma... — aceitação desta pantomine resulta com clareza de diversos factores.

Quando, no Conselho Nacional do PSD, Mota Pinto defende a necessidade de melhorar a «propaganda» da acção governativa, mais não faz do que reconhecer que a avalanche de medidas antipopulares encontra no povo não uma compreensão (ou a aceitação de uma «inevitabilidade») mas sim recusa frontal e protesto crescente.

E manda a verdade que se diga que os serventurários que o Governo espalhou pela Comunicação Social estatizada não se têm poupado a esforços para tentar dourar a sombria imagem de um Execu-

tivo apostado na destruição de tudo o que Portugal conquistou. Se os resultados são inteiramente contraproducentes, não será falta de zelo... A RTP que transmitiu afanosamente o desgredado Mota Pinto algarvio vituperando trabalhadores e democratas não tem culpa que o povo tenha retido a real imagem do disparate e do furor repressivo; a RTP que carinhosamente acompanhou Mário Soares às inaugurações na Nazaré não tem culpa que o que havia para inaugurar... ainda não tivesse sido construído!

Se falta ao Governo PS/PSD condições para convencer o povo da «inevitabilidade» desta política, resta-lhe então tentar evitar que o povo claramente verifique o contrário.

Se não é possível convencer de uma coisa, evite-se que se conheçam as outras; se não se pode ganhar o povo para esta política, impeça-se que ele conheça outra. Se Portugal não aceita esta política «a bem» — então que se faça aceite-la a mal.

E, lado a lado com o discurso da «inevitabilidade», o Governo PS/PSD desdobra-se em actos e palavras para impor pela força o que não consegue que seja aceite pela razão.

Da polícia ocupando a Marinha Grande aos projectos (e serão só projectos?) para criação de serviços de informação, das ameaças contra as organizações de trabalhadores à corrupção compradora de consciências e silêncios — a violência repressiva é parte integrante e inevitável de uma política antipopular e antinacional.

Esta violência que cala o protesto requer, porém, outra violência que silencie a alternativa. E, mais ainda, que oculte que as alternativas não só existem como contam com um forte, activo e determinado apoio popular.

É neste quadro que o comício da Festa do «Avante!» foi para o Governo Soares/Mota Pinto um susto. Por isso ele mereceu uma das mais despidoradas e revoltantes operações de censura e silenciamento da memória destes últimos anos já bem recheados de manipulações e mentiras.

Mas porque tanto se assustaram ministros e laicaios censórios com o discurso e o comício do Alto da Ajuda?

Poderá talvez admitir-se que os responsáveis desta política caíram na simplista armadilha de se convencerem das suas próprias mentiras. Que se convenceram de que a sua habilidade de usarem o Verão e as férias para desdobrarem a sua brutal ofensiva contra o Portugal de Abril semearam no País a desmoralização e a desmobilização deixando livre caminho ao seu afã destruidor.

O comício de 11 de Setembro foi o brutal ruir deste sonho de um país e de um povo passivamente aceitando a destruição do seu presente e do seu futuro.

E porquê?

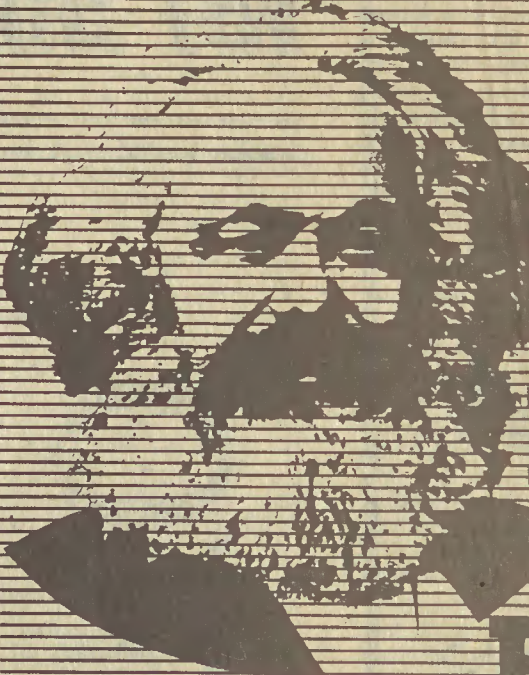
Não terão surpreendido os responsáveis governamentais as palavras proferidas pelo secretário-geral do PCP: elas são o reafirmar de uma política e de uma análise, a sistematização do que a realidade veio confirmar de tudo quanto o PCP previra e prevenira. O discurso da Ajuda veio igualmente reiterar uma clara posição dos comunistas, profundamente ancorada na realidade: não apenas existe alternativa para esta política como ela é mesmo a que o País requer e exige.



Número especial de «O Militante», comemorativo do seu 50.º aniversário. Este número 100 de «O Militante» tem o dobro das páginas do número normal, uma apresentação diferente, papel de melhor qualidade e o seguinte sumário: Um número especial — n.º 100 • Uma história com 50 anos • Características da organização que é preciso divulgar e defender • O Partido que somos • Importância das organizações concelhias • Funcionamento de uma Comissão Concelhia • A Assembleia — organismo superior de qualquer organização • Setenave — A célula da empresa e a defesa das nacionalizações • Reforma Agrária — uma necessidade histórica • A

acção das massas populares na Revolução de 1976-1978 • «dêem uma oportunidade à Paz» • Sobre o movimento sindical • Luta dos pequenos e médios agricultores do Minho • Poder Local democrático — uma conquista de Abril, uma importante frente de trabalho • Intensificar a acção das mulheres pelas suas aspirações • O seu preço é de 50\$00.

Este número de «O Militante» não é abrangido pelas assinaturas. Para além de poder ser adquirido nos Centros de Trabalho do PCP, os assinantes terão possibilidade de o receber em suas casas, mediante um pagamento suplementar, conforme é explicado em circular que lhes está sendo enviada.



Karl Marx

O 18 DE BRUMÁRIO DE LOUIS BONAPARTE

edições Avante!



Uma das obras mais importantes do marxismo.

Com base nos acontecimentos revolucionários em França em 1848-1851, Marx desenvolve a teoria da luta de classes, da revolução proletária, e a questão da atitude do proletariado em relação ao Estado burguês e da aliança com o campesinato.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes 1698 - Lisboa CODEX, Tel. 769345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º D.º - 1000 Lisboa Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX, Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 779828/779825/769751

Casas de Venda em Lisboa: Rua do Sêculo, 80 - 1200 Lisboa, Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora, Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 576 - 4000 Porto Tel. 693908/699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 26394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda S.º António dos Capuchos, 6-8 - 1100 Lisboa Tel. 776936/776750

Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/82

Tiragem do mês de Agosto: 40 600

Assembleia da República

Quando se fala do concreto há partidos que estão sempre «a leste»

As votações na AR para eleição de representantes seus e de outros elementos para órgãos em cuja composição a Assembleia intervém, tem ocupado bom pedaço de tempo nas ordens de trabalho dos últimos dias, transferindo para o período de antes da Ordem do Dia o interesse pelo que se tem passado no hemisfério de São Bento.

Na passada terça-feira, por exemplo, enquanto as votações e repetições de votação aguardavam, registaram-se algumas intervenções de deputados, a mais importante das quais, na nossa opinião, foi a de Margarida Tengarrinha. Não apenas por que se tratou da opinião do PCP ali expressa sobre problemas da agricultura em particular e sobre questões políticas em geral, mas porque foi aquela que de modo mais concreto falou dos problemas do País.

Mais uma vez, e desta a propósito da intervenção de Margarida Tengarrinha que publicamos noutra local, o deputado do PS, Carlos Lage, com a desenvoltura a que nos habituou, pediu a palavra para re-provar. Começou, no entanto, por afirmar com algum desca-ramento, que as questões le- vantadas pela deputada comu- nista acerca dos problemas da agricultura e do desemprego também são motivo de preocu- pações para si próprio. Mas que, quanto aos «veredictos» acerca da política governamen- tal, dominada, como ele disse, por preocupações conjunturais em relação ao défice da balan- ça de pagamentos, não estava de acordo.

Quanto à crítica à posição sectária da RTP, não mostran- do nos ecrãs o comício e a Festa do «Avante!», o depu- tado Carlos Lage teve uma posi- ção curiosa. Fez questão de afirmar que nem o Governo nem os partidos que o apoi- am dão instruções à RTP (na ban- cada dos jornalistas ouvimos murmurar que toda a gente sa- bia que a censura ao comício tiveram origem num telefonema de Carneiro Jacinto, o homem da Imprensa de Mário Soares),

Carlos Lage disse depois que lamentava e reprovava o com- portamento da RTP caso (su- blinhou ele) tenha havido cen- sura e não impedimentos de ordem técnica (1). Para rema- tar a sua curiosa intervenção, «deu a volta ao texto» para fa- lar das liberdades e dos direi- tos nos países... de Leste.

Comentário: Carlos Lage tor- nou-se no Silva Marques Jú- nior. Fazia lá falta, já que o verdadeiro chegou atrasado à sessão. (Cumprir esclarecer que este comentário também não é nosso. Ouvimo-lo da bancada comunista).

A segunda intervenção do período foi Furtado Fernandes, da ASDI, quem a fez. Falou do projecto governamental do lay- off, afirmando, mais ou me- nos, que era uma lei aborreci- da mas necessária. Em pedido de esclarecimento, o deputado do PCP Jerónimo de Sousa, após ter, apontado os malefi-

cios do projecto, criticou tam- bém a forma como o movimen- to sindical tinha sido afastado da discussão do mesmo, acu- sando o Governo de pretender tornar, com tal diploma, as em- presas em «santuários onde o patronato é o sacerdote intocá- vel».

Depois de uma improvisada intervenção de Azevedo Soa- res, do CDS, com o fito exclu- sivo de explicar a retirada das candidaturas do seu partido para o Conselho Superior de Defesa Nacional, dando-se ares de quem desbaleia o caminho ao PS e ao PSD, «a bem da Nação», não se regis- traram mais intervenções. An- tes, porém, de encerrado o pe- ríodo, colocou-se a questão da apreciação e votação dos vo- tos do PS, apresentados na semana passada.

A questão não era líquida. Com efeito, na semana passa- da, deputados do PS, entre os quais Walter Rosa e Manuel Alegre, apresentaram um voto condenando o regime de Pino- chet, a propósito do 10.º ani- versário do golpe. Simultanea- mente, Walter Rosa e um outro deputado do PSD apresenta- vam um voto de protesto sobre o caso do jumbo coreano. Na gaveta da AR aguardavam a

vez, há meses, votos de vários partidos, entre os quais um do PCP sobre a África Austral.

Punha-se a questão das prioridades. No entanto, apesar de aconselhar que se marcas- se, em reunião de líderes, um período para apreciação e vo- tação dos vários votos penden- tes, o PCP, pela voz de Carlos Brito, anuiu a que se votasse o que o PS propusera sobre o Chile e que este grupo parla- mentar solicitou fosse aprecia- do, dada a oportunidade espe- cífica. Votado por unanimidade, em manobra a revelar boa dose de esperteza saloia, José Luís Nunes propôs logo a vo- tação do segundo, o do jumbo. Levou sopa. Nem o PCP, nem o MDP prescindiram da priori- dade que assistia aos seus próprios votos. Ficou decidido que se votasse em conjunto toda a série de votos pen- dentes.

Nas declarações que acom- panharam a apreciação do voto sobre o Chile algo há a dizer. Depois de o MDP ter realçado «a grande lição da unidade popular», só derruba- da pela força das armas e pela ingerência estrangeira, e a «fa- lência da política monetarista» ao estilo de Friedman», falou um dos signatários do voto,

Manuel Alegre. O deputado so- cialista sublinharia que o exem- plo do Chile mostra que não há solução para os problemas de um país fora da democracia. A seguir a intervenções de cir- cunstância da parte da UEDS e da ASDI, intervieram os parti- dos da direita.

O PSD disse que ia votar «obviamente» a favor. Porque nestas questões do Chile, do Afeganistão, da Polónia...

O CDS também disse que «obviamente» era a favor do voto. Mas explicou melhor: que a democracia-cristã estava a ser «oprimida» no Chile e que estava «a liderar a oposição». E, ao mesmo tempo, que a Po- lónia e o Afeganistão, etc. Ob- vviamente.

Jorge Lemos, do PCP, alu- dindo ao significado do mo- mento em que passa o 10.º aniversário do golpe, salientou outro significado: o de que, neste momento, a luta do povo do Chile assumiu tal força e impetuosidade que «estamos crentes de que a liberdade está a chegar». Por outro lado, o deputado comunista apontou o facto de este voto omitir que «o regime de terror de Pino- chet só se mantém e durou dez anos dado o apoio do im- perialismo norte-americano.»



Carlos Carvalhas

«Política económica do Governo faz rumo ao abismo»

Uma breve análise da política económica e financeira do actual Governo foi o tema da declaração política do PCP que o camarada Carlos Carvalhas levou à Assembleia da República. Contra os factos expostos, os deputados da maioria não tiveram argumentos.

A AR retoma hoje os seus trabalhos após quase dois me- ses de forçado encerramento. Não pode dizer-se que vamos começar bem a sessão que em Julho tão mal acabou.

Os partidos governamentais pretendem que a reabertura dos trabalhos parlamentares fi- que assinalada pela mesma governamentalização que pre- siduiu aos primeiros 45 dias desta sessão legislativa.

Em violação frontal da Cons- tituição e do Regimento os par- tidos governamentais preten- dem que, concluídos alguns actos eleitorais, o plenário da AR se debreche apenas sobre um novo pacote de medidas de natureza fiscal com exclusão de todas as outras matérias, mesmo as agendadas ao abrigo de direitos fundamen- tais dos partidos da oposi- ção. O PCP impugnou esta deliberação da Comissão Permanente. E que as limi- tações anunciadas, a concreti- zarem-se, significariam o mais completo divórcio entre a As- sembleia e os problemas mais graves e mais sentidos do povo.

Como pode aceitar-se que a AR não comece por travar um debate aprofundado sobre a grave situação económica e financeira do País?

Ainda ontem o Conselho de Ministros aprovou um pacote de propostas de agravamentos fiscais. Fugindo à discussão de uma verdadeira e própria revisão do OGE em vigor, a uma discussão global de fundo da política orçamental o Governo mais uma vez opta pela políti- ca do avulso e do facto consumado.

Paralelamente o Governo re- dobra os ataques às empresas públicas de Comunicação So- cial, decreta o desmantelamen- to da EPNC, calca os direitos dos seus trabalhadores no quadro de uma ofensiva que visa domesticar e controlar to- talmente o sector público de Comunicação Social. Além do mais trata-se de uma medida ilegal tomada contra o parecer dos trabalhadores e com viola- ção dos requisitos legais e constitucionais.

Como pode admitir-se que a maioria e o Governo fujam ao debate de problemas como es- tes e como os salários em atraso, a grave situação dos agricultores, a repugnante chantagem sobre a Anop? Como pode esta Assembleia não dar atenção e urgência às tentativas de aniquilação da Setenave, ao aumento brutal de preços? Foi com vista a ga- rantir esse debate que o PCP interpelou o Governo com tanta mais pertinência quanto sobre o acordo recentemente nego- ciado com o FMI não foram prestadas contas à AR e ao País.

É fundamental que a interpe- lação do PCP se realize no prazo regimental. E é sintomá- tico que a maioria esteja dis- posta a pisar o Regimento para impedir esse debate.

Silenciar a alternativa

Com o apagamento e gover- namentalização da AR conju- gado com a utilização sectária da RTP e as tentativas vergo- nhosas para desmembrar e aniquilar a Anop e o Diário de Notícias/Capital, com o afastamento de jornalistas da Rádio, a distribuição do sector público de Comunicação Social o Go- verno pretende silenciar a al- ternativa económica à sua política, esconder as denún- cias e atropelos e inculcar na opinião pública os temas da sua propaganda, a ideia de que esta política será inevitá- vel; de que a luz ao fim do

túnel aparecerá ao fim de de- zolto meses; de que os sacrí- fícios são para todos; de que não haveria alternativa.

Mas a situação actual não teve geração espontânea. É o fruto da política de direita, das políticas monetaristas, cujo resultados são conhecidos, no- meadamente no Chile. É o fruto da política de restauração dos privilégios das fortunas e dos monopólios — e da sua acentuação com os Governos da AD. Nem por distração um médico recetaria a um morfinómano uma dose su- plementar de morfina. No en- tanto o actual Governo, de que faz parte o principal partido da AD, prossegue e aprofunda a política da AD, dizendo que vai ultrapassar a crise, tal como um bombeiro que, com segun- das intenções, nos procurasse convencer que é com gasolina que melhor se pode apagar os fogos... Mas o País não sairá da crise se prossegue com a política que a provocou e continuamente a agravou. Com o objectivo de deitarem as mãos às empresas naciona- lizadas culpam estas da grave situação. Criam-lhes dificulda- des com a política de preços, obrigam-nas a recorrer ao cré- dito externo, ao mesmo tempo que celebram uma vergonhosa partilha partidária de gestores. Fazem o mal e caramunha.

Mas é bom que se saiba, por exemplo, que o sobrecurso dos encargos financeiros suportados pelas EP's não financiadas por terem sido obrigadas, pelo ministério da Tutela, a obterem empréstimos externos (divisas) para o Estado tapar os seus buracos, atinge nos últimos três anos 146 milhões de con- tos! Isto é, se as EP's pudes- sem ter recorrido à banca na- cionalizada, como empresas privadas, teriam poupado 146 milhões de contos.

Mesmo assim dos resultados líquidos obtidos estas transferi- ram para o OGE muito mais do que receberam do Estado em subsídios e dotações de capital!

Esta a realidade! Sejam claros. A política do Governo não visa ultrapassar a crise, mas sim dar no imediato um novo impulso à formação e distribuição da mais-valia em favor do grande capital, fazer pagar os custos aos trabalha- dores e às camadas médias (pequenos e médios empresá- rios) e procurar reduzir conjun- turalmente e aparentemente o défice externo pela retração e paralisação da actividade econó- mica e a redução drástica dos consumos populares. A política do Governo vai agravar a crise.

E por ser uma política con- trária aos interesses do País e do povo o Governo atenta di- rectamente contra as liberdades e direitos dos cidadãos, usa a re- pressão e a intimidação como sucedeu na Lisnave, com os seareiros de tomale e como acaba de suceder com a ver- gonhosa e provocatória ocupa- ção da Marinha Grande). Não julgue, porém, o Governo que mesmo com tais meios conseguirá fazer passar a sua política!

Do contrário do que diz o Primeiro-Ministro os sacrí- fícios não são para todos. De 1976 a 1982 os salários reais diminuíram 15% enquanto a produtividade do trabalho aumentou 28,4%. Só no ano passado os salários reais di- minuíram 2,5% apesar do produto por cada trabalhador ter aumentado 3,7%.

Política do funil

Durante os primeiros oito meses deste ano a taxa de va-

riação em relação ao período homólogo, dos salários reais, acusa uma diminuição de 4%. E generalizou-se entretanto a chantagem e o atraso no paga- mento dos salários. Como pode o Governo de um país democrático permitir que en- tidades patronais se colo- quem abertamente no campo da ilegalidade? Simultanea- mente engrossam os lucros do grande capital.

E o Governo faz seu o orça- mento que contempla, só para este ano, 16 milhões de contos de (juros e amortizações) de indemnizações aos ex-mono- polistas. Prepara-se para lhes entregar a banca. Sobre os pre- ços e, significativamente, dos transportes e dos bens essen- ciais — a rubrica alimentação é a que apresenta taxas mais elevadas do aumento e a que recal, como se sabe, em maior percentagem sobre os rendi- mentos mais baixos... Veja-se o escândalo da batata e do leite.

É a política económica do funil: para o grande capital as benesses, os perdões de dívidas, as taxas de juro bo- nificadas e as negociações; para «a arrala miúda» o aper- to do cinto, a repressão la- boral, o lay off, a vaga de despedimentos que, segundo o próprio Primeiro-Ministro, atingirá 100 mil trabalhadores até ao fim do ano!

Só com a mobilização dos recursos e a dinamização de to- das as formações económicas sem exclusões nem discrimi- nações; só com o planeamento e com o apoio e energia criadora dos trabalhadores se pode vencer a crise e assegu- rar o desenvolvimento do País.

O Governo defende o au- mento das taxas de juro para reduzir o investimento e a actividade económica. Nós defendemos a baixa das ta- xas de juro para aumentar o investimento, relançar a econo- mia, reduzir a inflação e salvar da falência as pequenas e mé- dias empresas.

Por sua vez o Primeiro-Mi- nistro congratula-se com a polí- tica dos empréstimos e com o empréstimo do FMI de 60 mi- lhões de contos! No entanto 60 milhões de contos foi o que salu do País só no ano passado em sub e sobrefactura- ção sem que o Governo tome qualquer medida de controlo.

O Governo diz ser neces- sário diminuir o consumo em abstracto, nós defendemos o corte de bens supérfluos e o alargamento ao mercado in- terno, pois não são os traba- lhadores, nem os camponeses, nem os pequenos empresários os que consomem mais.

O Governo defende apolo- geticamente a entrada de Portugal na CEE, o afunila- mento das nossas relações económicas externas e a en- trega do País ao imperialis- mo. Nós defendemos a diversi- ficação das nossas relações económicas externas e contra- pomos à política do Governo, uma política de independência nacional.

É com profunda preocupa- ção que perspectivamos o futu- ro da economia do País e a política económica do Governo. O seu rumo é o abismo. O Governo não pode furtar- -se a vir aqui à AR debater pu- blicamente as medidas que vem adoptando, os compromis- sos vergonhosos que quer as- sumir com o FMI.

O momento para o fazer é agora com a interpegação do PCP e não depois de consu- mados os factos. O Governo procura fazer passar em silêncio a sua políti- ca mas pode estar certo que o povo português dar-lhe-á o combate necessário. O Portu- gal de Abril prosseguirá!

Voto de protesto do PCP

Vários deputados do grupo parlamentar do PCP assina- ram um voto de protesto que foi apresentado e lido na Assembleia da República na terça-feira passada. O voto de protesto foi suscitado pelos factos ocorridos nos Açores, quando um jornalista português foi alvo de insultos e em- purrões por parte dos serviços de segurança norte-ameri- canos. É o seguinte o texto do voto apresentado:

No passado dia 11, durante uma escala na Base das Lajes — Ilha Terceira — Região Autónoma dos Açores, o vice-Presi- dente dos EUA, senhor George Bush, deu uma conferência de imprensa em que respondeu a questões colocadas por órgãos de informação dos Estados Unidos da América.

Quando um jornalista do «Diário Insular» de Angra do Herois- mo pretendeu colocar uma questão ao visitante, e à qual este anteriormente havia acedido responder, verificou-se que as lu- zes da equipa de televisão norte-americana presente na sala

foram apagadas, tendo o jornalista interpeleante e outros cole- gas de profissão, também portugueses, sido alvos de insultos e empuurrões por parte dos serviços de segurança do político norte-americano e impedidos de colocar qualquer pergunta. Esta questão reveste-se de particular gravidade por se tratar de factos ocorridos numa base militar estrangeira estabelecida em território nacional, pois documenta como ficam alienados os direitos de soberania e os direitos dos cidadãos portu- gueses mesmo exercendo a actividade de jornalistas.

A Assembleia da República não pode, assim, ficar indiferente perante os factos ocorridos recentemente na Base das Lajes. Nestes termos, os deputados abaixo-assinados apresentam o seguinte Voto de Protesto:

«A Assembleia da República protesta contra a ocorrência dos factos acima referidos, recomenda ao Governo que faça sentir ao governo dos EUA a ofensa que atingiu a Pátria portuguesa e reclama a adopção de medidas para que tais factos não voltem a repetir-se.»

Escândalos, medo e pouca vergonha

A sessão suplementar convocada pela Comissão Permanente da Assembleia da República — por detrás deste órgão estava o Governo que comanda a «maior maioria» —, e que levou a São Bento os deputados no passado dia 14 do corrente, foi logo marcada por alguns escândalos de que o PS e o PSD foram os protagonistas. O «esclarecimento» do presidente Tito de Morais, a recusa em introduzir na Ordem de Trabalhos a interpegação do PCP e, ainda, o facto de a sessão pretender apresentar-se com uma agenda onde se incluíam diplomas do Governo que afinal não estavam prontos, dominaram esses dois dias de sessão suplementar. Nem as votações para designar representantes em vários órgãos em cuja constituição a AR intervém conseguiram resultados definitivos, pelo que a sessão em pouco de produtivo resultou.

Representar a AR ou representar o Governo?

A primeira intervenção da sessão suplementar do dia 14, no período de antes da Ordem do Dia, despoletou o primeiro escândalo. No momento em que ainda por todo o País muita gente se perguntava por que motivo o presidente da AR não comparecera à sessão comemorativa da primeira reunião dos capitães de Abril — a im- prensa divulgara que Tito de Morais, depois de ter prometi- do estar presente alegara do- ença para não comparecer —, o deputado do MDP, João Corre- gedor, em declaração política, fez uma alusão directa ao fac- to. E afirmou nomeadamente:

Que Mário Soares e o seu Governo não queiram partici- par nas comemorações orga- nizadas pelos capitães de Abril não nos surpreende.

Menos se compreende, po- rém, que o presidente da As- sembleia da República não tenha anuído ao convite que lhe foi formulado para assis- tir à sessão solene comemora- tiva da primeira reunião do MFA que iria, alguns meses mais tarde, contribuir decisiva- mente para reconduzir Portugal para os caminhos da democracia e da digni- dade.

A verdade (...) é que se deve aos capitães de Abril, ao Movimento das Forças Ar- madas, a possibilidade de hoje a Assembleia da Repú- blica poder funcionar, livre- mente eleita pelo povo portu- guês.

A ausência deste órgão de soberania, convidado na pes- soa do seu presidente, para assistir àquela sessão solé- na, preocupa-nos pelo divór- cio que publicamente a As- sembleia da República apa- renta em relação ao 25 de Abril. Dá-nos, como depu- ta-

dos, o direito de sermos in- formados e esclarecidos so- bre os reais motivos que ori- ginaram essa ausência do sr. presidente da Assembleia da República.

A esta intervenção, reagiu o deputado de serviço do PS que, com o seu protesto «repudiando» e «reprovando» as pa- lavras de João Corregeador, pensou talvez em dar o assun- to por encerrado e silenciar eventuais esclarecimentos por parte de Tito de Morais. Carlos Lage, o deputado de serviço do PS, que se fartou de protes- tar durante esse dia, enganou- -se. O presidente da AR terá aproveitado a oportunidade para se «vingar» da partida que a «maior maioria» lhe fize- ra ao proibi-lo de comparecer às comemorações. «Esclare- ceu» os deputados de forma bastante dura para a coligação, mas também algo comprome- tidora para si próprio. Ficámos todos a saber que o presidente da AR não é propriamente o representante de um órgão de soberania, mas um servidor da «maior maioria», dos interes- ses de uma coligação e das manobras governamentais.

Com efeito, Tito de Morais, com o seu «esclarecimento» contraditório, mostrou não apenas as pressões que sobre ele exercem, mas que se submete a elas. Começando por tentar minimizar as comemorações a que não assistiu («tratava-se de uma reunião sem carácter oficial de uma associação cul- tural») e protestando a seguir o seu respeito e consideração pelos militares de Abril, informo- mos os deputados do que pen- sa ser o modo de comporta- mento de um presidente da AR. Que representa a grande maioria da AR, mas não toda. Que embora não vá interrogar todos os deputados sobre atitu- des a tomar tomará em consi- deração a eventual condena- ção da maioria em relação a algum dos seus actos de re-

presentação. Finalmente, con- fessou que fora convidado, que aceitara o convite e que lhe fora «comunicado que uma parte desta Assembleia não desejaria estar representada»... Que pensou assim não ter o direito de participar nas come- morações e que pedira um en- contro com o major Vasco Lou- renço a quem terá explicado as suas razões. Os deputados do PS e do PSD ouviam o presi- dente de bico calado...

Quando o ministro espirra

Ainda a propósito da inter- venção do deputado do MDP, a deputada comunista Zita Seabra, em pedido de esclare- cimento, referiu-se a um outro escândalo, este marginal à As- sembleia da República e tam- bém da responsabilidade go- vernamental. O facto de a RTP ter praticamente silenciado a Festa do «Avante!» e sobretu- do o comício em que falara na Ajuda o secretário-geral do PCP, foi assinalado e criticado pela deputada, ao mesmo tem- po que sublinhava que a RTP estava completamente ao ser- viço da coligação e do Governo.

Quando um ministro espir- ra, a TV dá imediatamente, ironizou Zita Seabra, que refe- riu ter a RTP passado numa só emissão recente do Tejelonal, declarações de seis ministros.

O deputado de serviço, Car- los Lage, voltou a tomar a pa- lavra para protestar. Isto quan- do, após a declaração política do PCP, levada à tribuna por Carlos Carvalhas — e que pu- blicamos noutra local —, preten- dia responder às críticas de si- lenciamento que o Governo foi acusado de fazer sobre a sua própria política e sobre as al- ternativas propostas pelos co- munistas. Carlos Lage afirmou — teve o deslante! — que a im- prensa tem divulgado as posi- ções do PCP e que não tem havido silenciamento!

Silêncio não foi o que carac- terizou esse dia. O período de antes da Ordem do Dia, após as intervenções do MDP e do PCP, registou ainda uma de- claração do PS, através de um José Luís Nunes cada vez mais confusionista e bastante reacçãoário; do CDS, com Azevedo Soares mais clínico que nunca apesar de, certeira- mente, ter acusado o PS de fa- zer agora no Governo o que criticara na oposição, e do dis- paratado Silva Marques que se fartou de gritar a propósito do Boeing que já fazia falta na AR. Este deputado do PSD,

depois de ter avisado que a sua intervenção era «sobre acontecimentos relevantes do país e do mundo» (!) fez coro com José Luís Nunes, atirando ameaças mais ou menos ve- ladas contra quem no País de- fende a democracia e os inter- resses dos trabalhadores.

Violações da Constituição e do Regimento da AR

Dar o dito por não dito, fazer hoje o que ontem se criticou duramente, é sina do PS com os actuais dirigentes agora no Governo. Vale tudo e, qualquer dia, tirar olhos também. A últi- ma do PS aliado ao PSD foi a de, na reunião da Comissão Permanente, terem os depu- tados da coligação convocado uma sessão suplementar da AR, com a duração de três dias — 14, 15 e 16 de Setem- bro — com o objectivo de re- alizar eleições para organismos em cuja constituição a AR par- ticipa e de apreciar e votar pro- postas governamentais de na- tureza fiscal (criação e agrava- mento de impostos, por exem- plo). Era só. Propostas feitas pelo PCP, pelo CDS e pela ASDI que previam também a discussão de eventuais iniciati- vas governamentais em maté- rias de urgência foram rejeita- das. O que é inconstitucional e contra o Regimento da AR.

O PCP, que apresentara uma interpegação ao Governo sobre medidas de política eco- nómica e financeira, viu assim rejeitada a possibilidade de marcar um debate sobre políti- ca geral centrado sobre aque- les temas. O Governo, com medo, mandara aos dois gru- pos parlamentares da coliga- ção impedir tal debate.

A impugnação de tal delibe- ração, em recurso interposto pelos comunistas, foi defendida pelo deputado do PCP, João Amaral, que demonstrou cabal- mente a inconstitucionalidade da recusa de admissão da in- terpegação.

E João Amaral não se limi- tou aos argumentos formais. Lembrou que a questão fora já discutida pela AR em 19 de Junho de 1980, quando os partidos da ex-AD delibera- ram em Comissão Permanente a convocação de uma sessão suplementar.

Então como agora, afirmou João Amaral, em violação da Constituição e do Regimen- to, a Comissão Permanente exorbi- tou das suas compe- tências, ao fixar a ordem de trabalhos da sessão suple- mentar.

Assembleia da República

A interpelação do PCP

De que teve afinal, medo, o Governo, ao mandar a coligação que o suporta negar ao PCP a possibilidade de interpellá-lo? Que se iria — irá — descobrir que tão ciosamente o Governo esconde? Apenas pretende fugir a responder sobre a sua acção nos 100 dias que passaram.

Aqui vai o texto do documento admitido como o n.º 1/III em 8 do corrente na Assembleia da República. Só para dar uma ideia do que iria — irá — discutir-se por iniciativa dos comunistas. Mais tarde ou mais cedo, o Executivo de Soares e Pinto será obrigado a ceder e a vir ao debate.

Os primeiros 100 dias de acção do Governo PS/PSD confirmam que a sua política económica e financeira prossegue a desastrosa política da AD, conduzindo ao agravamento dos problemas do povo e do País.

Durante os seus primeiros três meses de actuação, a coligação governamental PS/PSD, ao mesmo tempo que recusava sistematicamente à AR e o Povo português, dados e

informações oficiais de importância fundamental respeitantes à grave situação económica e financeira do País, negociou com o FMI um acordo cujo exacto conteúdo não foi ainda revelado e cujas gravosas implicações vêm sendo desvendadas de forma incompleta. Com base nessas informações, é possível afirmar que tal acordo representa a subordinação da economia nacional aos interesses e comandos económicos do

imperialismo e prevê expressamente a redução da produção, a diminuição dos salários reais, e das prestações sociais, o aumento do desemprego, o congelamento dos investimentos e o ataque ao sector público.

Constata-se que, em matéria de tal gravidade, à AR não foram ainda prestadas contas nem sobre as negociações desenvolvidas e os exactos resultados a que conduziram, nem quanto à forma como o Governo pretende levar à prática as orientações que negociou.

Da parte da coligação governamental não foi anunciada qualquer iniciativa que pusesse cobro a esta anómala situação. Em contrapartida, foi tornado público que o acordo com o FMI se projectará por um período de 18 meses, abrangendo todo o ano de 1984 e condicionando assim, indiscutivelmente, toda a política

económica e orçamental do País para aquele período. Importa que em tempo útil — antes da assinatura oficial de tal acordo — a Assembleia da República seja chamada a travar um amplo e profundo debate sobre as orientações e medidas necessárias à efectiva resolução dos problemas económicos e financeiros do País. Tal debate deve ter lugar logo na reabertura dos trabalhos parlamentares, uma vez que a sua não realização atempada converteria a ulterior discussão do Plano e do OGE — cuja aprovação constitui prerrogativa fundamental da AR, inscrita entre as suas competências absolutas e ilegais — num mero pro forma, através do qual a AR acabaria por avalizar a posteriori um acordo de cuja discussão e elaboração teria sido arredada por completo.

Importa que tal não suceda. Acresce que largas camadas do nosso povo duramente atingidas pelas medidas de concretização dos acordos com o FMI se interrogam preocupada e indignamente sobre o futuro desastroso que está a ser preparado às mãos deste Governo PS/PSD.

Nestes termos, ao abrigo e para os efeitos do disposto no Artigo 183.º n.º 2 alínea c) da Constituição da República, o Grupo Parlamentar do PCP interpela o Governo com vista à abertura de um debate de política geral centrado predominantemente sobre as medidas de política económica e financeira aplicadas, aprovadas ou anunciadas e as orientações de política económica, monetária e orçamental subjacentes ao acordo recentemente negociado com o FMI.

Margarida Tengarrinha:

«Aprofunda-se a crise da agricultura»

No período de antes da ordem do dia da sessão de anteontem, Margarida Tengarrinha proferiu uma intervenção em que o tema central foi a agricultura. Mas outras questões da política geral foram abordadas pela deputada comunista.

Está a tornar-se tão frequente, que é praticamente uma constante, o facto de os primeiros comentários dos senhores deputados da maioria às intervenções do meu Grupo Parlamentar girarem à volta da afirmação de que não dissemos nada de novo, ou de que nos repetimos; ou de que usamos sempre a mesma caselle. O baterem tão repetidamente esta teia tem uma razão de ser. É a maneira inabit de reagir de quem, pela actuação governamental, perdeu completamente a razão e, porque não faz mais do que prosseguir a mesma política da AD, não tem mesmo nada de novo para dizer.

De facto, desde o 25 de Abril, talvez nunca como agora se tenham verificado tantas tentativas de abafar as nossas posições, os nossos avisos e as nossas denúncias quanto a situação de crise que vivemos e a política que a provocou e que a agrava de dia para dia.

Particularmente na RTP. Desde o 25 de Abril nunca como agora, a RTP esteve divorciada das preocupações e da situação real que vive o nosso povo. Para além das distorções e das tentativas de alienação, aparecem gravíssimas formas de censura na RTP, de que um dos directores é o senhor deputado José Niza a quem aqui ouvimos, já nesta legislatura, afirmar que não dizemos nada de novo. Então, nada de novo foi dito, nem nada de novo se passou num comício como o da Festa do «Avante!»? Nós não negamos aos partidos da maioria o monopólio da originalidade, nem da novidade, nem sequer as aberrações. Mas, srs. deputados, não passem um atestado de menoridade mental as larguíssimas centenas de milhares de pessoas presentes naquele comício. Comício cuja reportagem foi censurada na televisão, o que deu origem a um protesto do Conselho de Redacção da RTP. Onde já estamos, srs. deputados? Formas

de censura a lembrar outros tempos voltam a existir e são denunciadas pelos próprios jornalistas!

Então não foi também censurada a reportagem da comemoração do X Aniversário da primeira reunião dos Capitães de Abril no Monte Sobral? Será necessário perguntar porque?

Isto acontece no âmbito de uma ofensiva contra as empresas públicas de comunicação social, a que se ligam o propósito de desmantelar a EPNC, desmembrar a ANOP e afastar jornalistas da Rádio.

Assim, a claríssima utilização sectária da RTP não é mais do que um entre muitos exemplos.

As tentativas de limitar e liquidar a liberdade de informação, sempre e em todas as épocas estiveram associadas ao aumento da exploração e a ofensiva contra as liberdades democráticas em geral.

Não se desligam, pois, dos lamentáveis acontecimentos com os operários da Lisnave com os seareiros do litoral de Santarém e com a ocupação da Marinha Grande. E estes não serão infelizmente casos isolados se atendermos a várias afirmações intimidatórias e ameaças não veladas proferidas por mais de um membro do Governo.

Então afinal e este o Governo «aberto e dialogante» que o dr. Mário Soares anunciava aquando da sua formação? Nos seus pouquíssimos meses de existência tem sido sectário, impositivo e repressivo.

É esta a linha que tem marcado a actuação da coligação governamental na Assembleia da República, procurando silenciar a voz e as iniciativas da oposição e transformar a Assembleia da República num mero instrumento da política governamental. E isto mesmo que a presente maioria tem em vista com as alterações ao Regimento que se prepara para fazer aprovar.

Claros propósitos de silenciar, cá dentro como lá fora as críticas e os protestos, o des-

contentamento e a luta contra a política do Governo, contra o desemprego, as dificuldades crescentes e a fome, luta em que já estão a participar milhares de portugueses que ainda há pouco votaram no PS e no PSD. Isto começa a acontecer mesmo em zonas e entre classes sociais tradicionalmente de forte influência dos partidos do Governo.

A medida que aumentam o descontentamento e o mal-estar no plano económico e social, também da parte do Governo se tornam mais inabais as promessas e mais explícitas as ameaças. Na sua recente visita ao Baixo Mondego o dr. Mário Soares afirmou que uma vez concluídas as obras do Mondego «dêr-se-ia fazer duas centenas de arroz por ano, o que como promessa e demais é como vaticínio e arriscado. Isto sem por em causa os profundos conhecimentos do dr. Mário Soares em matéria de agricultura. Entretanto, sabe-se que as tentativas de criar legislação punitiva para formas de luta tais como as que ali no Baixo Mondego foram praticadas e tiveram o apoio público dos deputados socialistas António Campos, Guilherme Santos e outros dirigentes do mesmo partido como aconteceu com as concentrações de fábricas eletrizadas durante os governos da AD, pelos agricultores da região.

Neste momento já são detectáveis sintomas de um novo e brusco aprofundamento da crise da agricultura e de forte descontentamento entre os pequenos e até médios agricultores de vastas regiões do País.

Agudiza-se uma situação que vinha em agravamento constante. De 1976 para 1982 o gaseleo subiu 900%, os adubos subiram 300%, e as rações 200%. Entretanto, no mesmo período (e segundo números do Instituto Damão de Góis) os rendimentos médios dos agricultores sofreram uma deterioração superior a 10%.

Verificaram-se rápidas subidas dos custos de produção, enquanto os preços ao produtor se mantiveram estagnados, nalguns casos até desceram e, quando tiveram ligeiros aumentos, foi sempre com grande

atraso em relação à subida dos custos.

Actualmente estas tendências mantêm-se e agravam-se até, em vários aspectos. Na gravíssima crise económica que vivemos, a agricultura distancia-se cada vez mais dos outros sectores da economia.

Para isto contribuem as subidas, a partir de Junho deste ano, já com o actual Governo, dos adubos, rações, gaseleo, sementes e outros produtos necessários a agricultura. A recente subida das taxas de juro, lesiva para todas as pequenas e médias empresas, implicará ainda maiores dificuldades de acesso ao crédito para os agricultores. E não se venham vangloriar com a recente criação e reposição de linhas de crédito agrícola quando vemos a renovação, pelo IFADAP, do Crédito à Cunicultura sem que sejam desenterrados os inqueritos e esclarecidos publicamente os escandalosos casos de corrupção que a volta desse «crédito» tiveram origem.

De resto, a multiplicação das linhas de crédito a curto prazo chegaram a existir mais de 100 com montantes e datas limite de contratação distintas, tornam o sistema pouco transparente e muito complicado para os agricultores com dificuldades em ler e escrever.

Não é por acaso que estas características, quer do Crédito a curto prazo, quer de investimento, fomentaram a proliferação dos «gabinetes de elaboração de projectos» (que se mantêm florescentes), ocupando normalmente técnicos do Ministério da Agricultura, da Banca e do IFADAP, que vão ganhando milhares de contos com o simples preenchimento de papeis, isto para não falar do fomento de corrupção a que deram lugar.

Fala-se em atacar a peripneumonia, mas não se vêem as reais medidas necessárias para resolver as graves situações de sanidade pecuária, e acabar com o contrabando de gado e com a corrupção que o rodeia.

Anunciar que vai ser dada atenção prioritária ao sector agrícola não passa de meras intenções quando se permite ao mesmo tempo que se mantenham situações tais como as que denunciámos, e continua a ser praticada, e até agravada, a mesma política.

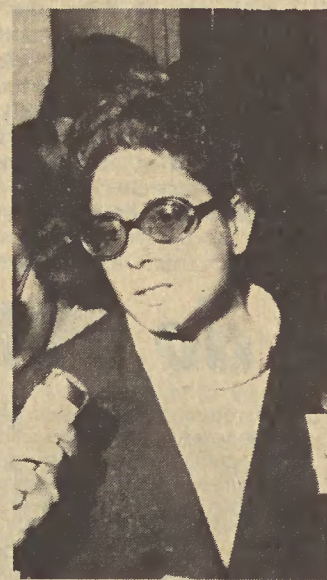
Isto não deixará de reflectir-se em grandes diminuições da produção agro-pecuária quer global, quer unitária, com os consequentes reflexos de empobrecimento e ruína de todos os que trabalham a terra.

Nestas condições, o mal-estar e o descontentamento não pararão de crescer nos campos, a exemplo do que já se verifica entre a população trabalhadora das cidades.

Aumenta o número de trabalhadores com os salários em atraso. Há cerca de três meses eram 100 mil. Agora, já se abeiraram dos 200 mil.

O desemprego alastra rapidamente. Segundo os últimos dados do INE, o desemprego já abrange 11% da população activa, isto é 470 mil pessoas e o Primeiro-Ministro na sua recente Conferência de Imprensa não negou a perspectiva de mais 100 mil desempregados até finais do ano. Os salários reais baixaram 15% de 1976 para 1982. Entretanto, a produtividade do trabalho subiu nesse período mais de 28 vezes.

Com o Governo PS/PSD a situação agravou-se. Os pri-



meiros 100 dias de Governo constituíram uma verdadeira escalada de aumento de preços, que determinou a mais rápida baixa do poder de compra dos portugueses desde o 25 de Abril. Verifica-se uma ferrea contenção de salários, mantendo-os muito abaixo da subida dos preços.

Tem sido uma violenta ofensiva contra as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e do povo em geral. As classes e camadas médias veem-se em serias dificuldades para sobreviver.

Entre as 100 mil mais pequenas empresas comerciais, a esmagadora maioria está a sentir vivamente a crise. Cerca de meio milhão de pequenas empresas agrícolas de área inferior (ou igual) a 4 hectares lutam com tremendas dificuldades para sobreviver.

Mais de 68% das empresas da indústria transformadora, isto é, para cima de 10 mil sentem-se ameaçadas. E destas cerca de 50 empresas têxteis ocupando mais de 7 mil trabalhadores, estão em risco de imediato encerramento.

Não é por acaso que Rocha de Matos da AIP refere ao «Herald Tribune» as suas apreensões de que a nossa economia «morra da cura», afirmando recear que «já não haja grande coisa para reestruturar ou modernizar» dado que «existem muitas empresas em situação particularmente difícil e sobre as quais as medidas restritivas podem ter um efeito devastador».

Nesta situação, o propósito do Governo de criar novos impostos e agravamento de outros representaria uma carga insuportável para os trabalhadores, para as classes e camadas médias sem resolver nenhum dos graves problemas da economia nacional.

O pacote fiscal simboliza a política deste Governo de empobrecimento forçado do nosso povo, ao serviço da restauração dos privilégios dos grupos financeiros. O Governo não hesita mesmo em avançar por caminhos manifestamente institucionais. Por isso mesmo o Grupo Parlamentar do PCP impugnou a admissão de todas as propostas de lei sobre matéria fiscal.

Esta tentativa de operar uma revisão encapçada do OGE mostra claramente a oportunidade e a necessidade da interpellação que o PCP apresentou, para provocar um debate sobre a política económica e financeira decorrente dos acordos com o FMI.

Este debate é urgente, é constitucional, é legal. Impedido é atentar contra o prestígio da Assembleia da República e atentar contra o próprio regime democrático.

A nossa luta para que o Regimento e a Constituição sejam cumpridos continuará, como continuará, não tenham dúvidas srs. deputados da coligação governamental, a luta dos trabalhadores e outras largas camadas do nosso povo contra a política antidemocrática, anti-popular e antinacional que o vosso Governo está a executar.

Trabalhadores

Recusando boicote Metalúrgicos anunciam

- Param hoje e amanhã, se a situação se mantiver
- Defesa dos salários e do CCTV

As associações patronais do sector da metalurgia, metalomecânica e minas, tendo suspendido «toda e qualquer negociação» e retirado «as propostas feitas» — afirma a Federação sindical interessada — marcaram para hoje, 22, no segundo período de trabalho, e amanhã, sexta-feira todo o dia, uma greve nas empresas abrangidas pelo contrato colectivo de trabalho vertical (CCTV), cujo processo de revisão se arrasta há meses e foi interrompido, nomeadamente em Julho, por duas semanas.

O secretariado da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, com sede em Lisboa, e a CNS (comissão negociadora sindical) consideram «inqualificável» a suspensão das negociações por parte das associações patronais. Pretextando estas «cinicidades» — realma a FSMMP — que vão «continuar no esforço de clarificação da situação» junto do Governo «a fim de descontinuar o futuro» (a Federação cita aqui as palavras do patronato) foi elaborado um calendário de acções e lutas nas empresas, que decorreu entre 12 e 16 do corrente.

Se até hoje a posição das associações patronais não se alterar de modo razoável os trabalhadores interessados na revisão do CCTV prosseguirão a luta,

como se disse, hoje, com uma concentração, após o almoço, em frente às respectivas empresas, deslocando-se depois para a sede do Ministério do Trabalho em Lisboa (Praça de Londres) e para as delegações do mesmo ministério em outras localidades do País. Durante a greve e as concentrações, serão distribuídos comunicados explicando os motivos da adopção de formas de luta, designadamente acerca dos motivos invocados pelo patronato que «violam toda e qualquer disposição legal sobre negociação da contratação colectiva». Recusando a proposta sindical as associações baseiam a sua atitude de não negociação numa «alegada falta de resposta do Governo» a questões levantadas pelo patronato sobre «problemas do sector» e sobre qual «a perspectiva económico-fi-

nanceira do próximo futuro».

O CCTV, que abrange algumas das maiores empresas nacionais, não pode servir de bode expiatório dos poderes públicos aos problemas do sector — sublinham a Federação e a CNS.

Estas, como outras organizações representativas, não podem aceitar que se tente «descarregar sobre os trabalhadores» (que não são culpados das dificuldades e problemas existentes), «o fardo da crise e o protelamento da actualização do poder de compra dos salários», perdido como está, acentua a Federação, «com as gravosas medidas de austeridade e de aumento de preços decididas pelo Governo».

Patronato e Governo coligados

No telex que anunciou a greve de 22 a 23 marca-se que «todos os argumentos do patronato coincidem com os motivos justificados do projecto de leis despidimentos (lay-off) do Governo PS/PSD».

Dois objectivos são destacados por parte dos trabalhadores para o protelamento das negociações do CCTV:

«O primeiro é abrir con-

No têxtil e por aí A bolsa e a vida é a política dos patrões

- Governo apoia e agradece

A Federação sindical têxtil, ao divulgar recentemente o total exacto das dívidas do patronato aos trabalhadores do sector, refere que na maior parte dos casos, «esse dinheiro é utilizado pelos patrões em benefício próprio e para aumentarem desmesuradamente as suas fortunas».

Um estudo daquela Federação, relativo ao primeiro semestre deste ano e incidindo em cerca de 100 empresas com um total de 18 mil trabalhadores, revelou que o total exacto das dívidas atingia 540 786 093 escudos.

A Federação sindical dos têxteis, que refere casos concretos, como os do Grupo Mondego (Mellos) e o grupo Wandschneider, revela que «das 97 empresas analisadas, 31 deviam um mês de salários (84 mil contos), 12 deviam 2 meses (96 mil contos), 16 não pagavam há 3 meses ou mais (quase 300 mil contos).

Trinta e oito empresas sublinha a Federação, deviam quase 65 mil contos de subsídios de férias de 1983 e 13.º mês de 1982.

Mas os subsídios chovem...

No entanto, segundo o estudo da Federação, «o patronato recebeu desde Janeiro até agora (meados de Setembro) mais de 67 mil contos de apoios financeiros do Estado (Secretaria de Estado do Emprego) e solicitou subsídios ao Estado e à banca no valor global de mais de um milhão de contos (24 empresas, 12 mil trabalhadores)».

O controlo da aplicação dos subsídios é feito (se é feito!) ilegalmente sem a participação dos trabalhadores. Multiplicam-se assim os casos de especulação com dinheiros alheios, negócios escuros que as or-

ganizações representativas dos trabalhadores procuram esclarecer.

«No grupo Mondego (dos Mellos) há indícios de recebimento de 170 mil contos da Secretaria de Estado do Emprego, mesmo

antes da data do seu processamento», revela a Federação. Essa soma segundo telex da Inter de 19 do corrente, ainda está a render juros na banca.

Quando ao Wandschneider, depois de receber cerca de 30 mil contos para compra de uma empresa paralisou a produção e deixou de pagar salários

... E aumenta o desemprego

Ainda segundo a Federação dos sindicatos têxteis, no primeiro semestre deste ano foram despedidos do sector cerca de 5000 trabalhadores. Quarenta e nove empresas estão em risco de encerrar em breve, incluindo mais 7000 pessoas para o desemprego.

Citando o estudo elaborado pela Federação pa-



O caso da CIFA é exemplar. No pior sentido. Mas não é apenas nos governos se dão as mãos, paralisam a produção e deixam

à VENDA

Erich Hahn / Alfred Kosing

A FILOSOFIA MARXISTA LENINISTA

CURSO BÁSICO

Vassil Bikov

Ascensão

to uciam greve



DIREITO AO TRABALHO

Terminada a Conferência a Inter convoca Conselho Nacional

O conselho nacional da CGTP-IN reúne-se amanhã em Lisboa depois de uma intensa e proveitosa maratona de sessões distritais com a presença dos membros da comissão executiva que, além dessas tarefas, se deslocaram a várias empresas para discutir com os trabalhadores a sua situação e a política do Governo, no âmbito da Conferência Nacional pelo Direito ao Trabalho. A Conferência, realizada em todos os distritos de 16 a 22 do corrente, levou os dirigentes da Inter a todo o País. Só no distrito de Lisboa estavam programados 300 plenários em empresas. Na Mague, em Alverca, José Ernesto Cartaxo da CE da Inter sublinhou que «crise não se resolve com o prosseguimento da política que a provocou».

Não estamos condenados a viver em crise, disse Ernesto Cartaxo. Há alternativas. Os trabalhadores e a CGTP-IN já as apresentaram ao Governo. Este é que não as tem em conta, nem lhes dá resposta. O único caminho, perante esta situação, concluiu o dirigente nacional da Inter, «é intensificar a luta dos trabalhadores».

Outro membro da direcção da CGTP, Armando

Teixeira da Silva, coordenador nacional, em contacto com os trabalhadores na Mesa, referiu-se nomeadamente aos postos de trabalho e concretamente a situação naquela empresa, que já foi a maior do concelho de Sintra e conta hoje com menos de 1000 trabalhadores.

Sobre a nova lei dos despedimentos, ou suspensão dos contratos de trabalho, como lhe chama o Governo, Teixeira da Silva afirmou que se trata de «um processo negociado entre o Governo e o patronato, visando a oferta de milhões de contos do Fundo de Desemprego aos grandes capitalistas». Além disso, é «uma arma não só para despedir massivamente os trabalhadores, mas também para os dividir à custa de quem será suspenso».

Clima de medo

Entretanto, a CGTP chamava a atenção para uma «nota informativa» que o Governo fez publicar através do Ministério da Justiça. Segundo essa «nota», poderiam «incorrer em sanções penais que atingiriam 10 anos de prisão».

acrescenta a Inter, «os cidadãos que dificultassem ou impedissem o funcionamento dos transportes públicos, coagissem funcionários, etc., etc.». A invocação do código penal é rejeitada pela CGTP para estes casos e pretextos. A «nota» do Ministério da Justiça limita-se a assumir «um conteúdo claramente intimidatório, visando criar um clima de medo entre os cidadãos e limitar o exercício dos direitos de reunião e de reunião consignados na Constituição e nas leis». Não tem outro intuito a «nota» distribuída por aquele Ministério. As acções dos trabalhadores

desenvolvem-se — é um facto — «no quadro do exercício dos direitos e liberdades democráticas, não caindo, por isso, na alçada do código penal».

Depois de referir o comunicado do Conselho de Ministros acerca da intervenção policial na Marinha Grande, a comissão executiva do conselho nacional da CGTP-IN salienta que o Governo, ao mesmo tempo que sai com notas de intimidação e violadoras de direitos constitucionais, «não manifesta qualquer preocupação, nem actua face a constantes violações dos direitos dos trabalhadores que diariamente se verifi-

cam nas empresas, deixando impunes as entidades patronais que não pagam salários, retêm ilegalmente quotas sindicais e as verbas da Segurança Social, impedem a actividade sindical, perseguem e agridem trabalhadores, discriminam as mulheres e os jovens, despedem sem qualquer causa».

O Governo, acrescenta a CE da CGTP, «omite e desinteressa-se das fraudes fiscais, das burlas da criação de empresas e do seu encerramento sucessivo, do crédito bancário indevido, da livre e lucrativa actividade dos especuladores, dos candongueiros, dos parasi-

tas, das fortunas fáceis».

Depois de referir decisões judiciais que o Governo não cumpre, e nomeadamente o facto de o Executivo não dotar os tribunais de meios materiais e humanos para rapidamente julgarem o patronato prevaricador, «a CGTP-IN adverte o Governo Soares/Mota Pinto de que defenderá e promoverá a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, conquistados com o 25 de Abril, onde quer que se encontrem ameaçados e, para isso, recorrerá a todas as acções e formas de luta, dentro do quadro constitucional vigente».

Banca e Seguros

Concentração hoje em Lisboa

Concentram-se hoje, 22, no Rossio, em Lisboa, os trabalhadores bancários e dos seguros, numa manifestação de recusa da programada abertura desse sector ao grande capital e em defesa das nacionalizações. Entretanto, como sucedera já nos Bancários do Norte e no Sindetex, sindicatos filiados na UGT, a direcção sindical dos Bancários do Sul e Ilhas rejeita a «suspensão ou redução temporária da prestação de trabalho lay-off», mais propriamente chamada lei dos despedimentos.

Convocada pela comissão coordenadora das comissões de trabalhadores bancários, e igualmente pela dos seguros, a concentração a efectuar hoje ao fim da tarde em Lisboa, além da defesa da banca e das companhias nacionalizadas, apoiará um controlo efectivo da gestão por parte das ORTs dos mesmos sectores, a participação destas organizações representativas na reestruturação planificada do sistema bancário e segurador, e

ainda a entrada em funções, depois de empossados, dos gestores eleitos pelos trabalhadores, como recentemente sucedeu na eleição de um gestor representativo da União de Bancos Portugueses (UBP).

Na concentração de hoje em Lisboa os trabalhadores bancários e dos seguros reivindicarão mais uma vez uma prática política, económica, monetária e cambial que leve ao desenvolvimento e não empenhe a independência do nosso país.

Num apelo à participação na iniciativa de hoje em Lisboa, as coordenadoras das CTs protestam contra a série de medidas legislativas que o Governo pretende impor, principalmente no que respeita ao emprego e aos reflexos, directos ou não, que a nova lei dos despedimentos inevitavelmente terá também no sector.

Sindicato do Sul contra desemprego

No seu número mais recente, distribuído em 15 deste mês, «O Bancário», boletim do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, faz anteceder o texto do «projecto de decreto-lei sobre suspensão ou redução temporária da prestação de

trabalho» de algumas considerações que intula «Direcção diz não ao projecto de diploma do Governo».

Assim um dos principais sindicatos da UGT, contrariando posições anteriores de alguns dirigentes da organização divisionista, destaca vários aspectos do lay-off (lei dos despedimentos) que considera «profundamente preocupantes».

Entre eles, sublinha a direcção do SBSI a subjectividade das razões que poderão orientar os despedimentos, ou as «suspensões», e o «afastamento» dos sindicatos do processo em nítida oposição às normas que presidem à contratação colectiva que, sublinha o SBSI, «só pode decorrer com a participação dos sindicatos».

MAIS DE 20 MILHÕES

Novo imposto afectará quem mais paga

A pretensão já manifestada pelo Governo de lançar «um novo imposto extraordinário sobre remunerações certas e permanentes em 1983» atingirá «fundamentalmente os trabalhadores», assinala a CGTP. Sob o título «mais de 20 milhões de contos de impostos», a Central «denuncia mais este novo e violento ataque às condições de vida» de quem trabalha, e sublinha «a hipocrisia de um Governo que, falando muito em diálogo e concertação social» faz por esquecer as reivindicações apresentadas pelos Sindicatos e pela Inter, «entre as quais se encontram medidas que têm em vista moralizar e criar uma maior justiça nas questões fiscais».

Além do novo imposto agora anunciado, a CGTP refere os outros já decretados pelo Governo PS/PSD e que somados vão retirar ainda este ano milhões de

contos aos já apertados orçamentos das classes trabalhadoras.

«Os portugueses — sublinha a Central — terão de pagar em 1983 mais 100 milhões de contos de impostos que em 1982». Isto segundo o Orçamento de Estado aprovado pela AD. Agora com o papel selado (mais 50 por cento que em 1982), o aumento da portagem sobre o Tejo e outros impostos, a arremetida do Governo neste campo constitui um verdadeiro assalto a quem mais paga.

A CGTP-IN faz um apelo a «uma luta rigorosa e firme» para «pôr cobro à política de destruição e miséria do Governo Soares/Mota Pinto». Se se concretizarem ainda este ano, os impostos anunciados «determinarão uma nova e significativa redução no já baixíssimo nível de vida dos trabalhadores», conclui a CGTP.

Mompur com salários em atraso

Privilegiando sempre a via do diálogo, os sindicatos representados na CNS, e pela Federação, sublinham que «os trabalhadores sabem que os problemas só serão resolvidos com a aplicação dos gran-

des projectos nacionais de aproveitamento dos recursos, capacidades e potencialidades do nosso País». Mas não é atrasando o pagamento de salários, como sucedia ainda no princípio desta semana na Mompur, uma das grandes empresas do sector metalúrgico e metalomecânico, não é com a ameaça de despedimentos de centenas de trabalhadores, como se anuncia para a Metalúrgica Duarte Ferreira (MDF), que essa via do diálogo pode ter uma contrapartida séria da parte do Governo e das entidades patronais.

As organizações representativas dos trabalhadores da Mompur (1100, segundo um total divulgado em princípios de Agosto findo, e perto de 300 a prazo) divulgavam entretanto a sua disposição de encetar formas de luta (plenário do dia 19) para conseguirem cobrar a dívida (que consideram «política») dos salários atrasados (30 por cento de Junho e metade de Julho) e ainda por pagar na última terça-feira.

Solidários com as reivindicações dos restantes trabalhadores em situações semelhantes (milhares e milhares de contos de salários por pagar continuam a encher cofres de patronato e Governo) o sector representado pela FSMMP reafirma que é tempo de dizer basta, de pretextos «para brutais aumentos de preços, para a repressão, discriminação e falta de cumprimento das leis e regras democráticas».

Citando ainda a Federação: «Dizemos não à fome e à miséria que os capitalistas nos querem impor». Sim à luta, sim à proposta sindical.



O desemprego aumenta no sector têxtil. Quarenta e nove empresas estão em risco de encerrar em breve atraindo mais 7000 trabalhadores para o desemprego. A juntar aos 5000 despedidos já no 1.º semestre deste ano

aqueles seis meses de 1983, foram encerradas 16 empresas, desaparecendo 770 postos de trabalho; em 59 empresas, 1343 foram despedidos devido à repressão; 873, porque as empresas estão inactivas; 1747 despedidos, embora as empresas em que trabalhavam continuem a funcionar; e ainda 57, em duas empresas, por iniciativa própria deixaram os postos de trabalho. No total são 4790 trabalhadores, principalmente trabalhadoras, pois como é sabido a indústria têxtil emprega grande número de mulheres.

Trinta empresas paralisadas ou em vias disso

Das quarenta e nove empresas ameaçadas, 30 já se encontram paralisadas

na totalidade ou parcialmente. As causas apontadas são dificuldades económicas ou abandono das entidades patronais. Problemas financeiros e má gestão afectam mais 16. Três têm processos de falência.

O caso CIFA é exemplar, no pior sentido, claro está.

Trata-se de uma grande empresa do concelho de Valongo, com 1600 trabalhadores. Produz, ou produz, fibras e película de celulose. Negociatas do grande capital (Mellos, outra vez) e dos governos de direita paralisaram praticamente a laboração. Há mais de um ano que os trabalhadores reivindicam os salários atrasados. Situações desesperadas atingem famílias inteiras e a própria região onde a fábrica está instalada.

Ainda recentemente a DORP do PCP chamava mais uma vez a atenção para o «verdadeiro crime contra os trabalhadores e contra a economia nacional» que está a cometer-se na CIFA.

A dívida dos Mellos à banca e à Previdência é superior a dois milhões de contos. No entanto, o Governo dá mostras de querer «perdoar» essa dívida aos Mellos, sem qualquer garantia dos postos de trabalho e do pagamento dos atrasados. Além disso, a administração poderia contar ainda, como é público,



nas esta indústria têxtil em que o patronato e os trabalhadores

GREVE HOJE NA LAVOURA

Param 12 concelhos e freguesias

Seis Federações sindicais subscrevem para hoje uma declaração de greve dos assalariados agrícolas dos concelhos de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Golegã e Salvaterra de Magos. Exigindo o recomeço das negociações do contrato colectivo de trabalho aquelas organizações representativas anunciaram também para hoje greves nas freguesias de Alcanhões, Pombalinho, Vale de Figueira, Vale de Santarém e Santa Iria. Entretanto, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora considerava ofensiva da dignidade de quem trabalha a proposta de 13,33 por cento de aumentos salariais apresentada pelo patronato nas negociações do CCT.

Acrescenta o Sindicato de Évora que o patronato, além dessa proposta inqualificável, pretende que os jovens trabalhadores de ambos os sexos recebam apenas 80 por cento dos sala-

rios a aprovar para o respectivo escalão.

O Sindicato acusa os agrários de tentarem enterrar o princípio legal que impõe salários iguais para trabalho igual.

«Luta firme e organizada», acentua o Sindicato de Évora, será a resposta dos trabalhadores à atitude patronal, cuja associação negociou entretanto um pseudcontrato de trabalho com «os traidores e fantoches da UGT para liquidar os direitos e regalias dos trabalhadores».

Nos distritos de Santarém e Lisboa (Chamusca), o patronato comprometera-se a reiniciar as negociações do CCT, suspensas por sua iniciativa, na segunda semana de Setembro. Os patrões querem agora «ganhar tempo para que as colheitas sejam feitas», impondo depois os salários que entenderem. Em 16 do corrente, data do pré-aviso de greve, as negociações continuavam por retomar.

O prazo para o recomeço terminou e, apesar das dili-

gências da comissão negociadora sindical, o patronato mantém a mesma atitude no princípio desta semana.

As Federações sindicais fazem notar entretanto que «tudo aponta para que, mais uma vez, o patronato apresente uma proposta contendo salários de miséria, com valores muito inferiores ao aumento registado no custo de vida».

Os trabalhadores exigem «o recomeço das negociações e a assinatura do contrato colectivo de trabalho».

Convocam a greve as seguintes Federações: Trabalhadores Agrícolas do Sul; Comércio e Serviços; Transportes Rodoviários e Urbanos; Metalúrgia, Metalomecânica e Minas de Portugal; Construção Civil, Mármore e Madeiras; e Trabalhadores das Indústrias Eléctricas. Trata-se das organizações sindicais com maior representação no sector, e nelas se integra a comissão negociadora sindical.

Nacional

Partidos reprovam censura na RTP

• Uma verdadeira vergonha para um Governo Socialista...

O Conselho de Informação para a RTP aprovou antontem, com os votos de todos os partidos, uma recomendação à RTP onde se reprovava a censura feita no Telejornal ao comício da Festa do «Avante!». A atitude dos responsáveis pela Informação na RTP foi de tal ordem que, como se vê, os conselheiros afectos à maioria encarregues de zelar pelo pluralismo na comunicação social estatizada não tiveram outro remédio senão condenar o acto censório.

O texto foi aprovado com 5 votos do PS, 5 do PSD, 2 do PCP, 2 do CDS e 1 do MDP, com a abstenção de um elemento do PSD. Nele se considera que «a breve referência feita ao referido comício no Telejornal de domingo, 11 de Setembro, sem imagens do comício e sem qualquer citação das declarações então feitas pelo secretário-geral do PCP, representou um tratamento televisivo manifestamente insuficiente tendo em conta a importância política do acontecimento, de que é prova, aliás, o facto de a própria RTP ter feito deslocar àquele comício uma sua equipa de reportagem».

O Conselho de Informação deliberou, deste modo, segundo o texto aprovado:

«1. Reprovar a não transmissão da reportagem do comício do PCP realizada pela RTP; 2. Recomendar à RTP que diligencie no sentido de evitar a repetição futura de idênticos procedimentos discriminatórios, assegurando uma informação isenta e pluralista, de acordo com os princípios constitucionais e legais.»

Sublinhe-se ainda que, ao abrigo do art.º 8.º, n.º 3 da Lei 78/77 de 25 de Novembro, o Conselho decidiu enviar esta recomendação à RTP, para divulgação «nos mesmos termos das notas oficiosas».

Não pode deixar de ser considerado uma verdadeira vergonha para um governo dominado por elementos do Partido Socialista, que durante a sua vigência se pratiquem na comunicação social estatizada actos de censura que até os responsáveis de um partido como o CDS condenam.

Que dirão o dr. Mário Soares e seus amigos a este facto quase inacreditável de verem as discriminações anticomunistas praticadas pelos seus lacaios reprovadas pela direita reacçãoária?

(Sobre este assunto, ler no Suplemento as págs. 2 e 3)

Delegação de estudo visita a RDA

De 13 a 19 de Setembro visitou a RDA uma delegação de estudo do nosso Partido no domínio das questões económicas.

Nos encontros e visitas realizados, com o objectivo de conhecer aspectos da planificação central e regional, bem como a nível de empresa, os nossos camaradas puderam contactar directamente com a realidade socialista, informar-se sobre o acompanhamento e análise do cumprimento dos pla-

nos a nível de empresa bem como das linhas fundamentais de orientação da política económica neste país.

A delegação de estudo, dirigida pelo camarada Octávio Teixeira, deputado do PCP à Assembleia da República, foi recebida no Comité Central do PSUA pelo camarada Janson, membro do CC e responsável pela direcção da economia socialista do CC do PSUA. Reuniu com a Comissão do

Plano Estatal do Ministério do Carvão e Energia, tendo ainda tido a possibilidade de visitar o Instituto Central de Direcção Económica, responsável pela formação de quadros neste domínio.

No distrito de Magdeburg foi recebida pelo secretário económico da direcção distrital, camarada Heinz Herzig, e teve encontros de trabalho com a Comissão Distrital e Concelhia de Planeamento.

Visitou uma empresa do

ramo da metalomecânica pesada e a Siderurgia de Lisenburg, onde efectuou encontros com os directores das empresas, secretários do PSUA, representantes sindicais e da Juventude. Na Sternradio, a delegação de estudo inteirou-se sobre a produção de equipamentos para radios e TV.

Esta visita realizou-se no quadro das relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PSUA.

Em Lisboa Plenário de células de empresa

Realizar-se-á no próximo dia 29 de Setembro, pelas 19 horas, no Centro de Trabalho do PCP no Hotel Vitória, em Lisboa, um plenário das células de empresa da 1.ª zona do Comité Local de Lisboa do PCP.

A ordem de trabalhos prevê uma análise sobre a situação política que actualmente se vive no nosso país e uma abordagem aprofundada da situação nas empresas, face à brutal ofensiva do Governo PS/PSD e às dificuldades daí resultantes.

Câmara de Marco de Canaveses derrubada por PS/PSD

No início desta semana os vereadores do PS e do PSD apresentaram a sua demissão em bloco na Câmara Municipal de Marco de Canaveses, provocando o derrube do executivo de edilidade (presidido pelo CDS, com os seus dois vereadores mais o presidente, contra quatro vereadores repartidos por PS e pelo PSD); torna-se assim obrigatória a realização de eleições intercalares para aquela autarquia do Distrito do Porto.

«Situação de corrupção, prepotência e compadrio na autarquia», argumentaria o PPD/PSD em conferência de imprensa ao expor as razões da demissão dos seus representantes e a sua apreciação do executivo chefiado por Ferreira Torres (irmão do industrial abatido num ajuste de contas há quatro anos). Quanto ao PS, já solicitara em tempos uma sindicância à Câmara, e os seus vereadores manifestariam mais recentemente a disposição de renunciar.

Ferreira Torres, por outro lado, declararia que Marco de Canaveses «era território do PSD que lhe fugiu do pé» (passando a ser «calçado» pelo CDS, obviamente), acusando ainda os agora aliados governamentais de conjugarem esforços tipo «bloco central» para conquistarem posições.

A ver vamos, a ver vamos... de qualquer modo estaremos todos de acordo num ponto: a corrupção, a prepotência e o compadrio, quando excessivos, perturbam os melhores estómagos.

Em Almada Cursos de russo e alemão

Segundo informam os departamentos de línguas das Associações de Amizade de Portugal-URSS e Portugal-RDA dos respectivos núcleos de Almada, estão abertas as inscrições para a frequência de cursos de russo e alemão com início de aulas previsto para o princípio do mês de Novembro próximo, sendo as suas durações de sete meses (Novembro-Maio).

As inscrições nos retridos cursos podem ser feitas de segunda a sexta-feira, das 18.00 às 23.30, na sede dos núcleos promotores — Largo 5 de Outubro, na Cova da Piedade — ou pelo telefone 275 23 14.

Mais se informa que ambos os cursos podem ser frequentados por sócios e não sócios das respectivas Associações de Amizade que os promove.

Plenário de fundos da ORL do PCP

Um plenário distrital de fundos, promovido pela respectiva comissão da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP, realizar-se-á no próximo sábado, 24 de Setembro, no Centro de Trabalho do Hotel Vitória.

Com duração de quatro horas (entre as 15 e as 19), o plenário terá como ordem de trabalhos a análise ao orçamento de 1983, a definição de medidas a tomar para o último trimestre e de conclusões; a situação política será abordada pelo camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

Presidência «AD» de Faro atacada pelo PS

Como de costume, falta a água no concelho de Faro. As soluções de fundo (tantas vezes reclamadas pela APU) continuam por tomar e quem não toma a água que necessita é a população de Faro e do Algarve quase em geral.

Mas desta vez a secção de Faro do PS (o qual também já esteve à frente da Câmara) resolveu responsabilizar a presidência «AD» do actual executivo, pelas dificuldades que a população do Concelho tem vindo a sentir no abastecimento. Em Montenegro, por exemplo, a água não corre há quase 15 dias nas torneiras.

Assim a secção de Faro do PS pergunta ao responsável da autarquia (a quem acusa de incuria) por que não programou as obras que evitariam a actual situação, e ainda por que não foi contemplada com subsídios atribuídos pelo Governo para acudir a situações de emergência, como se verificou com as Câmaras de S. Brás, Castro Marim, Tavira e Albufeira (todas chefiadas pelos partidos da actual coligação governamental).

A situação é grave e há que lhe dar resposta. Quanto às perguntas do PS, exigem igualmente uma explicação. Mas no meio disto tudo o PS deveria também responder à seguinte questão:

Porquê agora tal empenhamento na Câmara de Faro, se quando por lá passou atendeu o problema da falta de água mais ou menos da mesma maneira?

Sessão comemorativa da independência de Guiné-Bissau

A Associação de Amizade Portugal-Guiné-Bissau promove no próximo dia 23 de Setembro, com o patrocínio da embaixada da Guiné-Bissau no nosso país, uma sessão comemorativa do 10.º aniversário da Independência da República da Guiné-Bissau.

A sessão realizar-se-á na sede da Associação de Amizade, em Lisboa, e nela usarão da palavra um representante da Associação 25 de Abril e o embaixador da Guiné-Bissau no nosso país.



Mais uma vez, delegados da Reforma Agrária vão reunir-se. No primeiro dia de Outubro, em Avis, discutirão as medidas a tomar para as culturas do Outono/Inverno

A 1 de Outubro, em Avis Encontro de Culturas Outono/Inverno da Reforma Agrária

Meses depois do grande êxito que constituiu a 7.ª Conferência da Reforma Agrária, vai realizar-se durante o próximo dia 1 de Outubro, nas instalações da Cooperativa 1.º de Maio, de Avis, o Encontro de Culturas de Outono/Inverno, promovido pelos secretários das UCPs/Cooperativas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Santarém, União das Cooperativas «Horizonte Novo», de Alcácer do Sal, Sindicatos dos Trabalhadores de Agricultura dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal e Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas do Sul. O Encontro começará às 9 e 30 e prolongar-se-á até às 19 horas.

Participação neste Encontro cerca de 1000 delegados das UCPs Cooperativas, do sector agrícola privado, técnicos e agricultores de Ligas, estando igualmente presentes convidados das Autarquias Locais, órgãos de soberania, de grupos parlamentares, e ainda comissões de trabalhadores da EPAC e Quimigal e da CGTP-IL.

Como sublinham as organizações promotoras, «a situação da Reforma Agrária, tal como nos restantes sectores da agricultura e da economia nacional, agrava-se de dia para dia, dada a política de sistematizadas tentativas de destruição das conquistas de

Abril e dos ataques permanentes aos direitos dos trabalhadores».

«No que se refere à Reforma Agrária — prosseguem as organizações promotoras — as decisões do Governo PS/PSD apontam para a continuação da política de reservas, de entrega de terras, de ilegalidades, de continuação do cerco financeiro às UCPs/Cooperativas. Mas as mais de 350 UCPs/Cooperativas existentes, com mais de 20 000 trabalhadores, são uma realidade bem patente, quer queiram quer não, e estamos bem firmes na decisão de defender e prosseguir a

Reforma Agrária, com tudo o que ela significa».

Tendo em atenção a insustentável situação criada às UCPs/Cooperativas e aos agricultores, a falta de apoio financeiro, a falta de soluções para o problema da seca, a quebra de produção, o aumento do desemprego, este encontro deverá abordar, entre outras, as seguintes questões: balanço das searas, perspectivas e medidas a tomar: como fazer face aos problemas da seca, que este ano levou a uma quebra geral da produção; proposta de preços à produção a apresentar e a exigir ao Governo; orientações gerais a seguir na campanha em curso; a política agrícola do governo PS/PSD e as posições e exigências da Reforma Agrária.

Como igualmente referem os promotores do Encontro, a Reforma Agrária, «perante o agravamento dos problemas da economia nacional, da agricultura e do País e a degradação das condições de vida dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores, insiste em que só uma política que assente no apoio a quem trabalha a terra, virada para o aproveitamento das

nossas riquezas e para o estímulo às UCPs/Cooperativas Agrícolas e pequenos agricultores, serve os interesses da economia nacional. A política do Governo PS/PSD de Mário Soares/Mota Pinto, contudo, prosseguindo e agravando a política do governo AD, não resolve um só dos nossos problemas e agrava-os todos».

E concluem os promotores deste grande Encontro de Culturas de Outono/Inverno: «Os trabalhadores, agricultores e técnicos da Reforma Agrária continuam empenhados em produzir e tudo faremos, apesar dos ataques do Governo, para aproveitar e tirar o máximo de rendimento das terras, dos gados e das máquinas. Mas, igualmente, continuaremos na luta firme pelo cumprimento dos 12 pontos reivindicativos da 7.ª Conferência da Reforma Agrária, pela reposição da legalidade democrática com a aplicação das decisões dos tribunais, pelo acerto de contas e pagamento das dívidas do Estado, pelo fim da ofensiva, por um novo Governo com uma política democrática».

No inquérito a Abecasis Veradores PS da CML dão o dito por não dito

No passado dia 19 os vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Lisboa inviabilizariam, pela segunda vez em três meses e em reunião de Câmara, que o inquérito sobre atribuição de casas nos serviços Municipais de Habitação fosse extensivo ao presidente CDS da CML, Cruz Abecasis. Esta posição é tanto mais estranha, quanto se seguiu a uma decisão em sentido oposto tomada pelos mesmos vereadores socialistas há apenas duas semanas, quando votaram favoravelmente uma proposta da APU para apuramento de responsabilidades de Abecasis nesta matéria.

Em comunicado emitido no próprio dia desta estranha reviravolta dos representantes do

PS na CML, os vereadores APU da Câmara Municipal de Lisboa manifestariam a sua

apreensão, sublinhando que «esta nova e acrobática atitude dos eleitos PS no sentido de ilibar o presidente da CML "principal responsável e promotor na atribuição por compadrio de forma ilícita e discriminatória dos fogos municipais" põe a descoberto a monumental encenação da força pretensamente opositora à gestão CDS que o PS havia procurado criar com grande alarido e larga cobertura da comunicação social, aquando da apresentação da proposta de inquérito à atribuição de fogos na cidade de Lisboa.

E prossegue a nota: «este novo acontecimento revela de forma inequívoca a falta de coerência dos vereadores socialistas bem como indicia a extensão e as implicações dos acordos e compromissos de bastidores do PS com o CDS e PSD também nos assuntos relacionados com a gestão da CML, aliás hoje também claramente revelados pelo vereador Pedro Feist, do CDS, quando referiu na intervenção da CML que a distribuição de pelouros tinha sido negociada previamente à sua discussão em Câmara com altos responsáveis do PS.»

Camaradas falecidos

Jorge de Almeida — Faleceu no Bombarral, a 3 de Agosto passado, o camarada Jorge de Almeida Monteiro, de 75 anos de idade.

O camarada Jorge de Almeida já na sua juventude daria importante contributo na luta antifascista, enveredando posteriormente, e já como militante do Partido, no apoio à luta clandestina.

Homem respeitado em todo o concelho pela qualidade do seu trabalho como artista ceramista, deixou um notável espólio com obras que fazem parte do Museu Municipal do Bombarral.

António Palma — Com a idade de 73 anos, faleceu a 27 de Julho passado o camarada António do Carmo Palma, reformado da CP e residente em Funchaleira-Gare/Garvão.

Era militante do Partido desde 1974 e exercia a sua militância no organismo de Freguesia da sua terra.

António Coelho — Após prolongada doença, faleceu em 26 de Julho passado, com 59 anos de idade, o camarada António Dantas Afonso Coelho, trabalhador da Função Pública.

Exercia a sua actividade partidária na Freguesia de Fátima da 3.ª Zona do Comité Local de Lisboa do PCP.

Vitorino Faia — No passado dia 8 faleceu o camarada Vitorino Ponte Faia, membro da Comissão Local do PCP de Canal Caveira, em Grândola.

Contava 42 anos e era uma pessoa muito estimada pela generalidade da população.

Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências às famílias e amigos dos camaradas falecidos.

BOLETIM DE INFORMAÇÃO

À VENDA

Documentos dos Partidos Comunistas e Operários em artigos e intervenções de grande actualidade

edições Avante!



**Quem prepara a guerra
e quem luta
para que ela acabe**



E muita gente vai mostrar, em Portugal, que está disposta a lutar. Nomeadamente nas marchas da paz que, em 29 de Outubro, em várias cidades do País reunirão muitos milhares de portugueses para quem a paz não é apenas vista como um ideal mas como uma necessidade suprema.



Internacional

A luta pela Paz

Quotidiano de uma batalha central

«As novas "instruções de defesa"... contêm, no essencial, planos para o caso de guerra e o triunfo desejado sobre a União Soviética a todos os níveis: desde sublevações que se pode incitar ou aproveitar, passando por uma estratégia de maior pressão sobre a economia soviética, guerras convencionais (com possíveis contra-ofensivas contra Cuba, Vietnã, Líbia ou Coreia do Norte), apoio a governos amigos, penetração progressiva no espaço, até à guerra nuclear». Este um comentário do jornal oeste-alemão «Die Welt», de Junho do ano passado, relativo ao documento do Pentágono «Linhas orientadoras para a defesa nos anos orçamentais de 1984-88».

O programa está aí, e mais de um ano volvido sobre a sua parcelar divulgação, podemos bem afirmar que não têm sido escamoteados esforços para o levar à prática. Esforços que — se possível — estão ainda a acentuar-se neste ano decisivo: em que a NATO aposta na colocação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa e, simultaneamente, pode vir a ser o último — na perspectiva das eleições presidenciais dos Estados Unidos — em que as forças mais abertamente militaristas tenham a possibilidade de se mover com um tão grande à-vontade.

Madrid, uma reunião que valeu a pena

Três anos durou a Conferência de Segurança e Cooperação na Europa que teve Madrid por sede. Três anos de dura batalha. Três anos em que Washington e várias capitais de países da NATO apostaram na sabotagem dos princípios de Helsínquia. Todos os pretextos serviram (quem está esquecido da Polónia?).

Nos primeiros dias de Setembro, a Conferência encerrou com a adopção de um programa que nomeadamente aponta para medidas concretas, ampliando o desanuviamento político ao desanuviamento militar (sem o que, nenhum desanuviamento político é possível).

Nova reunião, para aprofundamento do trabalho de Helsínquia, foi marcada para 4 de Novembro de 1986, em Viena.



Austria. Em 7 de Maio de 85, especialistas dos países signatários da Acta de Helsínquia irão reunir-se em Olava para debater liberdades e direitos do homem. Para Março de 84, em Atenas, está previsto um encontro sobre métodos de solução pacífica de diferendos entre Estados. Reuniões sobre intercâmbio cultural estão previstas para Budapeste, em 1984 e 1985. O 10.º aniversário da Acta Final de Helsínquia será condignamente comemorado como marco histórico nas relações internacionais.

Paralelamente a decisões assumidas nos diversos domínios de cooperação foi decidi-

da — e trata-se de uma medida muito importante, um sucesso assinalável da Conferência — a organização de uma «conferência sobre medidas de confiança e segurança e sobre o desarmamento na Europa», que terá lugar em Estocolmo, em Janeiro de 84, com uma reunião preparatória em 25 de Outubro deste ano, em Helsínquia.

O objectivo desta Conferência é «levar a prática, por etapas, novas acções concretas e eficazes visando fazer progredir o reforço da confiança e da segurança e a alcançar o desarmamento, de forma a concretizar o dever dos Estados de se absterem de recorrer à ameaça ou à utilização da força nas suas relações mútuas».

Assim se compreende o discurso ferozmente anti-soviético de Shultz, secretário de Estado americano, no final da Conferência de Madrid. O discurso da derrota.

Genebra, o Boeing e o orçamento militar dos EUA

Em declarações ao «Los Angeles Times», de Setembro de 81, o representante dos Estados Unidos às conversações de Genebra sobre os armamentos nucleares na Europa, Nitze, afirmou que só poderia «haver negociações sérias sobre o controle dos armamentos depois de termos ampliado as nossas forças».

À pergunta de quando isso teria lugar, respondeu: «Daqui a 10 anos». Nem mais!

Citamos Nitze porque as suas palavras são particularmente elucidativas, não só da política prosseguida por Washington, como do espírito com que os negociadores da

a tentar ganhar tempo, a tentar iludir os povos europeus, que desenvolvem um crescente movimento contra a corrida aos armamentos e, em particular, contra a colocação nos seus países das novas armas nucleares norte-americanas.



Por isso as raivosas palavras de Shultz em Madrid. Por isso também — a questão do Boeing sul-coreano. Não vamos aqui entrar na questão do avião sul-coreano abatido quando, estranhamente (ou não...) se «perdeu» sobre território soviético, numa zona militarmente estratégica, numa profundidade de 500 km. Apesar do boicote às linhas aéreas soviéticas, em que o governo português, não só alinhou, como ainda de forma agravada (ao que conduz a política de

camarada Andropov, de destruição dos mísseis soviéticos que ultrapassem o número dos actualmente instalados por franceses e ingleses (que será difícil conceber estejam dirigidos contra Bona ou Washington...).

Ou ainda o orçamento militar dos EUA. Agitando igualmente a questão do Boeing, o governo norte-americano fez aprovar pela Câmara de representantes o maior orçamento militar da história dos Estados Unidos: 187,5 mil milhões de dólares (só para se compreender o que isto significa, um exemplo: segundo elementos da ONU, 22 milhões de dólares seriam bastantes para liquidar a fome, o analfabetismo e as doenças ligadas à miséria e falta de assistência, em todo o mundo).

De notar que este orçamento inclui fundos para o fabrico de mísseis «MX», bombardeiros «B-1» e o programa de instalação dos mísseis «Pershing-2» e «Cruzreiro» na Europa — armas de primeiro golpe. E ainda que este programa inclui, pela primeira vez desde há 14 anos, a concessão de verbas para o fabrico de armas químicas.

É impossível não ligar todos estes factos.

Factos que são a concretização de uma política que não só vai contra os interesses fundamentais — contra os interesses vitais — de todos os povos, como é alvo do seu repúdio generalizado, 75% da população da RFA, como da Grã-Bretanha, pronuncia-se contra a instalação de armas nucleares no território dos seus países. Manifestações pelo desarmamento sucedem-se por todo o mundo. Também aqui em Portugal se fortalece o movimento da paz, sob várias formas. Como noutra página referimos, dia 29 vão realizar-se marchas da Paz em Lisboa, Porto, Beja e Évora.

Com todas as suas contradições — acções de sabotagem do imperialismo, posição firme dos países socialistas, ambiguidades por parte dos países capitalistas europeus — Madrid reflectiu, de certo modo, a complexidade da situação internacional actual. Com os seus imensos perigos. E a dura e crescente batalha pelo próprio direito ao futuro.

submissão ao imperialismo...), todos os dias se somam novos testemunhos de especialistas que apontam para um caso de espionagem e provocação.

Neste momento o que importa salientar é o aproveitamento político que a Casa Branca está a fazer de um incidente a que — tudo indica — está longe de se alheia.

E voltamos a Genebra. Aí o Boeing é «argumento» para, uma vez mais, se boicotar as propostas soviéticas, e se deixar tomar no silêncio mesmo as que dirigentes de países na NATO consideraram como construtivas, como é o caso da última proposta divulgada pelo

O não da Grécia em Estrasburgo

Muitas vezes temos ouvido por cá que esta ou aquela medida governamental se justificam porque o nosso País é

membro da NATO, ou até porque a nossa política interna — do plano económico ao educacional — deveria, mesmo pre-

viamente, ser condicionada por uma hipotética adesão à CEE, por uma moldagem a um certo tipo de padrões europeus

(essa Europa que tem como fronteira a comunidade socialista...).

E assim se vai tentando instilar, quotidianamente, na opinião pública, um conceito de independência nacional totalmente esvaziado de conteúdo, como se fosse «natural» que a política interna e externa portuguesa podessem ser ditadas de Washington ou de Bruxelas...

Há quem chame a isto pragmatismo. Nós chamamos-lhe política de submissão ao imperialismo.

A verdade é que, mesmo na Europa da NATO, mesmo na Europa da CEE, e apesar dos evidentes esforços — com alguns êxitos — por parte dos Estados Unidos, para determinar a orientação a imprimir aos Estados membros dessas organizações económicas e político-militares dos países capitalistas desenvolvidos — as coisas não se passam de forma tão linear. Saltam as contradições inter-imperialistas. Impõe-se a marca da luta dos povos, das massas trabalhadoras desses países.

Vale a pena referir um

exemplo concreto e actual de uma simples posição de independência face às pretensões de Washington de dirigir, de

batuta em punho, as posições políticas dos países designados como seus aliados.

Foi em Estrasburgo, em reu-

nião da CEE sob a presidência grega. O objectivo era a condenação da União Soviética a pretexto do caso do Boeing

das linhas sul-coreanas. O não da Grécia impediu que fosse avançado tal posição de condenação. A resposta dos deputados gregos, face aos protestos que se levantaram, foi clara: «o povo e o governo helénico estão preocupados em primeiro lugar em manter a paz».

O governo grego — encabeçado pelo PASOK — é um governo socialista. Como teoricamente o seria o Governo de Mário Soares, de coligação embora. O que é diferente é o conceito de independência nacional e o peso que se dá aos verdadeiros interesses nacionais.

Isto de forma alguma significa que a política seguida pelo governo do PASOK dá uma adequada resposta aos problemas do povo grego, e se assume sempre no plano externo com posições coincidentes com os interesses e vontade do povo grego.

Significa simplesmente que uma outra política é possível. Que a CEE e a NATO não podem funcionar como capa para posições de subserviência ao imperialismo.

Líbano assim se defendem os interesses do imperialismo

Dia a dia as imagens chegam-nos carregadas com a força de uma verdade que nenhum comentário conseguirá totalmente distorcer. Quando muito confundir. Gente que foge, com crianças e parcos haveres. Casas, cidades, destruídas. E a guerra. O Líbano a ferro e fogo. O mais acabado exemplo actual do que é a política do imperialismo. De como se defendem os «interesses» dos EUA por esse mundo fora.

Shabra e Shatila ficaram como marco de uma outra fase da guerra. A chacina de palestinianos desarmados, depois da saída dos seus combatentes. Um aviso de que a invasão de Israel não se cingia ao objectivo — não confessado, aliás — de expulsar os combatentes palestinianos das suas fronteiras. Há muito mais que isso em jogo. Trata-se naturalmente da política expansionista de Israel. Mas também da presença político-militar dos Estados Unidos numa zona que o imperialismo considera vital, por razões estratégicas e económicas. A defesa dos «interesses» de Israel, dos «interesses» dos EUA. Mesmo que ao preço da chacina de populações, do desmembramento de países. Os factos estão aí, e não podem ser escamoteados. Onde paira a famosa «ameaça russa»?

Hoje, a evolução dos acontecimentos tornou particularmente claros alguns factos. Um primeiro — a invasão do Líbano nunca teve objectivos de defesa das fronteiras de Israel (o motivo invocado). Pretendeu-se sim ampliar a ocupação militar do país e ditar a sua política central, ou mesmo desmembrá-lo, conforme a evolução dos acontecimentos.

● A presença de contingentes estrangeiros em território libanês nada tem a ver com a invocada missão de paz (e convém lembrar que se manifestaram intenções de colocar também no Líbano tropas portuguesas). Os factos testemunham a saciedade que tais contingentes não só não constituem qualquer obstáculo à guerra, como nela participam activamente — sem que a vontade e os interesses do povo libanês sejam minimamente tomados em conta.

● Os Estados Unidos — pretextos à parte — implantaram as suas tropas no coração do

Líbano e têm vindo a reforçar a sua presença militar de forma acelerada. O contingente militar norte-americano saltou de 1200 para 3200 fuzileiros navais. Frente às costas libanesas há 14 barcos de guerra norte-americanos, incluindo dois porta-aviões e mais 5 vêm a caminho, nomeadamente um couraçado.

● Os Estados Unidos intervêm activamente na guerra, bombardeando posições dos patriotas libaneses (de que a divisão artificial em diferentes religiões é por um lado fomentada e por outro só serve para diluir o carácter verdadeiramente nacional, contra a intervenção estrangeira e o perigo do fascismo, que caracteriza a luta que se trava no Líbano). Mas, intervêm invocando a «legítima defesa». O porta-voz do contingente americano atreve-se a justificar os bombardeamentos afirmando que «o sucesso das forças armadas libanesas nesta região era vital para a segurança do pessoal militar e diplomático americano». Actualmente o contingente americano na zona tem autorização para bombardear a seu bel prazer, e como e quando melhor lhe parecer, sem sequer estar sujeito à necessidade de quaisquer consultas a Washington. Eficácia acima de tudo!...

● A Marinha de Guerra norte-americana surge aqui, sem qualquer disfarce, na plenitude das funções a que se destina: a agressão. E o pretexto da «defesa» deixa também particularmente claro o seu real conteúdo: de mero pretexto para a agressão.

● Ressaltam igualmente as fissuras e contradições da Internacional Socialista — particularmente nítida na intervenção francesa, objectivamente também contra o Partido Socialista do Progresso, de Walid Jumblatt, membro da mesma Internacional que parece manifestar sérias dificuldades ao defrontar o ascenso da luta dos povos.

● Por último um dado pouco referido, um dado que pode vir a ser decisivo — a unidade — finalmente possível e reforçada das forças patrióticas libanesas contra o imperialismo, contra o perigo fascista, contra a ingerência estrangeira, contra o desmembramento da sua Pátria.

Vietnam uma política de paz

País marcado por uma guerra heroica contra o imperialismo norte-americano, o Vietnã socialista promove uma sistemática política de paz. Paz tão necessária como o «pão para a boca» — uma verdade para todos os povos, mais evidente ainda para os que têm que fazer frente a tarefas de reconstrução nacional.

Por ocasião das festas nacionais do Vietnã (2 de Setembro) e da China (1 de Outubro), o governo vietnamita propôs à China (em Agosto) a cessação de quaisquer actividades de carácter hostil, nomeadamente militar, ao longo da fronteira entre os dois países, «para que a população das regiões fronteiriças possa celebrar tranquilamente as suas festas nacionais».

Esta proposta visa igualmente ser um contributo para «a criação de uma atmosfera favorável à resolução das irregularidades nas relações entre os dois países», correspondendo «à vontade de paz e estabilidade dos povos da região».

Face à ausência de resposta por parte da China, o governo

vietnamita decidiu, apesar disso, dar ordem às suas FFAA para cumprir os termos da proposta feita ao governo chinês. Isto porque «o povo vietnamita acredita firmemente no apoio do povo chinês e da opinião pública regional e internacional à proposta sincera e à atitude construtiva da parte vietnamita».

Esta proposta vietnamita é um exemplo — mais um — de uma persistente política de paz, que tem vindo a ser seguida, de forma coordenada, pelos três países irmãos da Indochina — o Vietnã, o Laos e o Kampuchea — que em reuniões regulares debatem a situação internacional e, em particular, a normalização da situação no Sudeste Asiático.

Destas reuniões e desta comum vontade de paz, têm saído decisões tão importantes como a retirada parcial de contingentes militares voluntários de vietnamitas no Kampuchea, que já se verificou por duas vezes, constituindo um inequívoco gesto de boa vontade. Decisões que não podem entretan-

to deixar de estar condicionadas à política desenvolvida pelos países da zona, em particular os que estão agrupados no bloco ASEAN (Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura, Tailândia).

Em reunião realizada em Fevereiro deste ano em Vientiana, os representantes do Vietnã, Laos e Kampuchea definem o conteúdo da sua política, destacando: «Os povos dos três países da Indochina erguem bem alto a bandeira da paz e da amizade, e a força da sua solidariedade conflui com as três torrentes revolucionárias da nossa época. Não há dúvida que os povos dos países da Indochina superarão todas as dificuldades, passarão com honra por todas as provações e obterão novas e maiores vitórias na edificação nacional e na defesa dos seus bem-amados países. Deste modo darão um digno contributo à luta pela paz, pela independência nacional, pela democracia e pelo progresso social no Sudeste Asiático e em todo o mundo».



O que pensa o PCG da política do PASOK

Palavras do camarada Florakis, secretário-geral do Partido Comunista da Grécia, ao jornal grego «Ethnos»:

«Definimos com absoluta clareza a nossa atitude perante a política aplicada até agora pelo governo, uma política que não leva a autênticas mudanças nem corresponde às esperanças do povo. Criticamos fundamentalmente o governo em todos os campos, especialmente naqueles em que — como, por exemplo, o

económico — a sua política menospreza os interesses do povo.

«Mas, ao mesmo tempo, não fazemos oposição por simples prazer. Não sentimos qualquer preconceito contra a aprovação desta ou daquela medida positiva do governo. Na nossa táctica temos em conta a realidade e sobretudo as acções da direita e das forças estranhas.

«Também não escapa à nossa atenção a atitude po-

sitiva do governo perante certos problemas internacionais e internos.

«Assim, aplaudimos o reconhecimento oficial da nossa Resistência Nacional e avaliamos positivamente as reservas expressas pelo governo no tocante à instalação de mísseis Pershing-2 e Cruise na Europa ocidental.

«Cremos que esta nossa posição corresponde inteiramente aos interesses do nosso povo e do nosso país».